Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quinta-feira, 5 de março de 2026

## LOGICTEL S.A. - CNPJ nº 03.430.070/0001-78 - NIRE 35.300.173.767

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convocamos os acionistas a se reunirem na sede a Rua da Bica nº 234, Freguesia do Ó, São Paulo/SP, CEP 02925-000, no dia 08 abril de 2026, às 10:00 horas, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do total de votos e, em segunda convocação, as 10:30 horas com qualquer número para deliberarem a seguinte Ordem do Dia: a) exame e discussão do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e destinação do Lucro do Período; b) distribuição de dividendos; c) análise e discussão da reserva de retenção de lucros; d) Eleição da diretoria e fixação de honorários; e e) Outros assuntos de interesse. Encontram-se à disposição dos Srs acionistas os documentos referentes ao artigo 133 da Lei 6.404/76 na sede da Empresa. São Paulo, 03 de março de 2026. aa Geraldo A. O. Marques – Diretor Presidente

## BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 - NIRE 3.530.003.478-3

**CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 10 DE MARÇO DE 2026.**

Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S/A, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.355 – 2º andar, no dia 10/03/2026 às 11h, em primeira chamada, e às 11:30h em segunda chamada, com qualquer quórum, para tratar das seguintes matérias constantes da ordem do dia: **I - AGE: (a)** deliberar sobre a eleição de um membro para o cargo de diretor-presidente; **(b)** autorização para os administradores da Sociedade praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações da ordem do dia; São Paulo – SP - 03 de março de 2026.
Bruno Cunha Almeida e Rui Luis Fernandes – Diretor.

## AGRO-PECUÁRIA PILON S/A

CNPJ: 44.973.410/0001-94 - NIRE: 3.53.0036461.9

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizar no dia 27.03.2026, **às 16:00 horas**, na Sede Social, sita na Fazenda Santa Maria, Bairro São Francisco CEP 18.527-450 , em Cerquilho, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria: **Extraordinária:-** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos de Interesse Social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04.03.2026. **Nelson Pilon – Diretor Presidente.**

## BRZ BRASIA II(E) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/ME Nº 62.298.135/0001-32 – NIRE 35.300.673.034

Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia **06/11/2025,** às 18h, com totalidade. **Mesa**: Presidente: Nessim Daniel Sarfati. Secretária: Graziella Fim Chagas Reinold. **Deliberações**: após o exame das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o que segue **(i)** aumento do capital social da Companhia, atualmente totalmente subscrito e integralizado, no valor de R$ 501.253,13 (quinhentos e um mil, duzentos e cinquenta e três reais e treze centavos), por meio da emissão de 50.125.313 (cinquenta milhões, cento e vinte e cinco mil, trezentas e treze) novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de 0,01 (um centavo de real) cada, das quais: (i) 50.000.000 (cinquenta milhões) são ações ordinárias; e (b) 125.313 (cento e vinte e cinco mil, trezentas e treze) são ações preferenciais Classe A. Desta maneira, o capital social da Companhia passa de R$ 52.385.665,91 (cinquenta e dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos), totalmente subscrito e integralizado para R$ 52.886.919,04 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e quatro centavos), dividido em 5.288.691.904 (cinco bilhões, duzentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e quatro) ações nominativas e sem valor nominal, das quais: (a) 5.275.470.175 (cinco bilhões, duzentos e setenta e cinco milhões, quatrocentas e setenta mil, cento e setenta e cinco) são ações ordinárias; e (b) 13.221.729 (treze milhões, duzentos e vinte e uma mil, setecentos e vinte e nove) são ações preferenciais Classe A. As novas ações ora emitidas são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, pelos atuais acionistas da Companhia, conforme os boletins de subscrição anexos à presente Ata (Anexos I e II). Nada mais. JUCESP **nº 115.721/26-5** em **26/02/2026.**

## FAZENDA PILON S/A

CNPJ: 57.226.151/0001-80 - NIRE: 3.530036405-8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO E AGE ,** a se realizar no dia 27.03.2026, às **15:45 horas**, na sede social na Fazenda São José, Bairro São Francisco CEP 18.527-450, em Cerquilho, estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária:-** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos de Interesse Social. **Avisos**: Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon – Diretor Presidente.**

## J. PILON S.A AÇÚCAR E ÁLCOOL

CNPJ: 47.254.396/0001-67 - NIRE: 35.3.0010525.7

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se no dia 27/03/2026, às 15:00 horas, no endereço da sua sede social, localizada na Fazenda Santa Maria, no Bairro São Francisco, município de Cerquilho, SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia: **I) Ordinária:** a) Apreciação e Aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras ref. ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) Destinação do resultado do exercício; c) Eleição dos membros do conselho de administração. **II) Extraordinária:** a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros Assuntos do interesse social. Comunicamos que se encontram a disposição no endereço acima, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04/03/2026. **José Pilon** – Presidente do Conselho de Administração.

## JUPIRA MINERAÇÃO E AGRO-PECUÁRIA S/A.

CNPJ: 48.697.973/0001-58 - NIRE: 3.53.0036516-0

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizarem no dia 27.03.2026, **às 16:15 horas,** na sede Social situada na Fazenda Jupira – Estrada Municipal de Porto Feliz/Boituva - Bairro Jupira - CEP 18.540-000, em Porto Feliz - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária:-** a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária**:- a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Porto Feliz, 04.03.2026. **Mário Nirceu Pilon – Diretor Presidente.**

## OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ/MF 44.673.382/0001-90 - NIRE 35.300.653.149

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2026**

**1. Data, Hora e Local:** Às 09h do dia 25/02/2026, na sede social da Omint Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de SP, SP, na Rua Franz Schubert, 33, Jd. Paulistano, CEP 01454-020. **2. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **André do Amaral Coutinho**, Secretária: Sra. **Carla Cristina Soares**. **3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade das ações de emissão da Companhia. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de lucros da Companhia. **5. Deliberações:** Inicialmente o Presidente da Mesa certificou-se de que todas as acionistas presentes digitalmente estavam acompanhando o ato satisfatoriamente, e aptas a proferir seus votos e comentários mediante atuação remota. Assim, instalada a Assembleia Geral Extraordinária, e em conformidade com a Ordem do Dia, as acionistas decidem, por unanimidade e sem ressalvas: (i) aprovar a distribuição dos lucros apurados no período entre 01/01/2026 e 31/01/2026, conforme apurado no balanço da Companhia com data-base de 31/01/2026, no valor bruto total de **R$ 56.231.840,99**, os quais serão pagos, a título de dividendos, às acionistas, de forma proporcional às suas participações no capital social da Companhia, conforme permitido nos termos do Artigo 24 do Estatuto Social, de acordo com as orientações da Diretoria da Companhia; e (ii) autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem os documentos e praticarem quaisquer atos que se façam necessários à distribuição deliberada acima, no prazo de até 90 dias a contar da presente data. **6. Encerramento, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos para a lavratura desta ata na forma de sumários. Reabertos os trabalhos, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, a qual, lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos membros da mesa. Confere com o original, lavrado em livro próprio. São Paulo, 25/02/2026. **Mesa: André do Amaral Coutinho -** Presidente da Mesa. **Carla Cristina Soares -** Secretária da Mesa. **JUCESP -** 124.426/26-8, em 04/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Planner Corretora de Valores S.A. - CNPJ nº 00.806.535/0001-54 - NIRE 35300142942

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02.01.2026**

**Data:** 02/01/2026, às 10hs. **Local:** Sede social da Planner Corretora de Valores S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - CEP 04538-132 - São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), por estar presente a única acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante da presente ata e da lista de presença arquivada na sede da Companhia. **Mesa:** Presidente: Carlos Arnaldo Borges de Souza. Secretário: Douglas Constantino Ferreira. **Ordem do Dia**: 1. Eleger novos membros da diretoria; e 2. Consolidar o quadro de diretores da Companhia. **Considerações Preliminares:** De acordo com o §Único do artigo 121 da Lei das S.A., essa AGE foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante essa Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Preliminarmente, a única acionista através de seus representantes aprovou a lavratura da presente ata na forma sumária, conforme facultado pelo §1º do artigo 130 da Lei das S.A. **Deliberações:** A única acionista, através de seus representantes, aprovou sem ressalvas, as seguintes deliberações: 1. Eleger para compor a diretoria da Companhia, os membros abaixo qualificados, para o mandato atual em curso, isto é, até a posse dos que forem eleitos na AGO a ser realizada em 2028, a saber: **Diretores sem Designação Específica: Douglas de Souza Aguiar Junior**, RG nº 23.757.294-1-SSP-SP, CPF nº 199.957.278-54, residente em Osasco/SP, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - São Paulo/SP - CEP 04538-132; e **José Marcelo Balint**, RG nº 19.843.472-8-SSP-SP, CPF nº 105.355.468-07, residente em São Paulo/SP, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900 - 10º andar - Condomínio Edifício Pedro Mariz - B31 - Itaim Bibi - São Paulo-SP - CEP 04538-132. 1.1 Os Diretores ora eleitos apresentaram as declarações de que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede da Companhia. 1.2. Os Diretores ora eleitos serão investidos em seus respectivos cargos somente após: (i) a homologação de suas eleições pelo Banco Central do Brasil, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis; e (ii) a assinatura dos termos de posse no livro próprio. 2. Face a deliberação constante no item "1." supra, consolida-se o quadro de diretores da Companhia, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO a ser realizada em 2028, a saber: **Diretoria:** (o mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO de 2028). **Nome, Cargo:** Claudio Henrique Sangar, Claudia Siola Cianfarani, Carlos Enrique Pereira Melo, Douglas Constantino Ferreira, Douglas de Souza Aguiar Junior, Emerson Gonçalves da Silveira, Gabriel Nunes dos Reis, José Marcelo Balint, Marcus Eduardo de Rosa, Diretores sem designação específica. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. As partes admitem como válida a assinatura do presente instrumento em forma eletrônica, por meio da plataforma digital, sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade. São Paulo, 02/01/2026. **Assinaturas:** *Mesa:* **Carlos Arnaldo Borges de Souza -** Presidente, **Douglas Constantino Ferreira -** Secretário. Acionista: **Planner Holding Financeira S.A -** Carlos Arnaldo Borges de Souza - Diretor, Marcus Eduardo de Rosa - Diretor. JUCESP **nº 57.452/26-0** em 26/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## FAZENDAS REUNIDAS PILON S/A.

CNPJ: 52.310.885/0001-29 - NIRE: 3.53.0036406-6

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **AGO e AGE,** a se realizarem no dia 27.03.2026, às **15:30 horas**, na sede social situada na Fazenda Santa Maria-Bairro São Francisco – CEP 18527-450, em Cerquilho - Estado de São Paulo a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordinária**:- a) Apreciação e aprovação do Relatório de Administração e demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; b) Destinação do Resultado do Exercício; c) Eleição dos membros da Diretoria. **Extraordinária**: a) Fixação do montante global da remuneração dos administradores para o período de maio/2026 a abril/2027; b) Abertura e Encerramento de Filiais; c) Outros assuntos do interesse social. **Avisos:** Acham-se a disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Cia., os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei n.º 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Cerquilho, 04.03.2026. **José Pilon – Diretor Presidente.**

## VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF nº 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 26/12/2025, às 10:30h, através da plataforma eletrônica https://us02web.zoom.us/i/82140998080?pwd=tHb1WRzs4JpVd6vxu37aP3cdqzBFYQ.1. **2. Convocação e Presença:** Acionistas da Companhia representando 73,73% do capital social, conforme assinaturas apostas na Lista de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Fernando José Garcia** e secretariados Dani Glikmanas. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a capitalização de lucros acumulados apurados até o dia 31/12/2025, nos termos da Lei 15.270/2025. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, analisadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberado, por unanimidade, sem qualquer restrição ou ressalva. **5.1.** Após análise dos documentos contábeis da Companhia, os acionistas consignaram a existência do montante R$ 49.000.000,00 referente ao lucro acumulado da Companhia, apurado até o momento. **5.2.** Em decorrência do item 5.1. acima e em conformidade com o artigo 6º da Lei 15.270/2025, os acionistas aprovam a capitalização de lucros acumulados no valor total de R$ 19.000.000,00. **5.3.** A capitalização poderá ser realizada até 31/12/2028, ficando a Diretoria autorizada a praticar todos os atos necessários ao processamento e operacionalização de tal ato. **5.4.** Fica consignado que os valores aprovados nos itens 5.1 e 5.2, bem como sua a definição pela capitalização dos lucros foram devidamente aprovadas dentro do prazo legal previsto na Lei 15.270/2025, de modo que não estão sujeitos à tributação de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, instituída para fatos geradores a partir de 2026. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do Art. 130, §1º da Lei das S.A. Após reaberta a sessão, a ata foi lida, achada conforme, aprovada por todos os presentes em 03 vias, de igual teor e forma. **Mesa:** Fernando José Garcia - Presidente; Dani Glikmanas - Secretário. **Acionistas presentes:** Zeos Participações e Empreendimentos Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Lais Helena Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; João Antônio Zogbi neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Gimenes; Fábio Josão Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Naz Empreendimentos Imobiliários e Participações, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Rubens Elias Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Construtora e Administradora Taquaral Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Nova Rotina Participações Empreendimentos Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Luciano Antônio Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Derci de Oliveira Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Siriúba Participações Ltda., neste ato representada por Paulo Fernando de Moura; Bertha Safdie, neste ato representada por Paulo Fernando de Moura; Campineira Patrimonial Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Maiz Empreendimentos e Participações Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Angelia Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; Mikhmoret Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; e Valquirie Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 26/12/2025. **Mesa: Fernando José Garcia -** Presidente; **Dani Glikmanas -** Secretário. **JUCESP** - 50.273/26-7 em 18/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## VIPASA VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA PAULISTA S.A.

CNPJ/MF nº 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 18/12/2025, às 10h, no Espaço Center3, da Companhia em epígrafe, situada na Av. Paulista, 2064, Bela Vista, SP-SP, CEP 01310-200 ("Companhia"), bem como através de plataforma eletrônica https://us02web.zoom.us/i/82140998080?pwd=tHb1WRzs4JpVd6vxu37aP3cdqzBFYQ.1. **2. Convocação e Presença:** Acionistas da Companhia representando 73,73% do capital social, conforme assinaturas apostas na Lista de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Fernando José Garcia** e secretariados Dani Glikmanas. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a destinação de lucros acumulados apurados até o dia 31/12/2025, nos termos da Lei 15.270/2025. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, analisadas e debatidas as matérias constantes da Ordem da Dia, foi deliberado, por unanimidade dos presentes, sem qualquer restrição ou ressalva. **5.1.** Após análise dos documentos contábeis da Companhia, os acionistas consignaram a existência do montante R$ 49.000.000,00 referente ao lucro acumulado da Companhia, apurado até o momento. **5.2.** Em decorrência do item 5.1. acima e em conformidade com o artigo 6º da Lei 15.270/2025, os acionistas aprovam a distribuição de dividendos extraordinários no valor total de R$ 30.000.000,00, proporcionalmente à participação detida por cada acionista no capital social verificado na data-base desta Assembleia, observando-se o disposto no art. 204, §2º da Lei 6.404/76. **5.3.** Os dividendos ora declarados serão pagos de maneira parcelada até 31/12/2028, ficando a Diretoria autorizada a praticar todos os atos necessários ao processamento e operacionalização dos pagamentos. **5.4.** Fica consignado que os valores aprovados nos itens 5.1 e 5.2, bem como sua distribuição aos acionistas foi devidamente aprovado dentro do prazo legal previsto na Lei 15.270/2025, de modo que não estão sujeitos à tributação de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, instituída para fatos geradores a partir de 2026. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do Art. 130, §1º da Lei das S.A. Após reaberta a sessão, a ata foi lida, achada conforme, aprovada por todos os presentes em 03 vias, de igual teor e forma. **Mesa:** Fernando José Garcia - Presidente; Dani Glikmanas - Secretário. **Acionistas presentes:** Zeos Participações e Empreendimentos Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Lais Helena Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; João Antônio Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Fábio Josão Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Naz Empreendimentos Imobiliários e Participações, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Rubens Elias Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Construtora e Administradora Taquaral Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Nova Rotina Participações Empreendimentos Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Luciano Antônio Zogbi, neste ato representado por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Derci de Oliveira Zogbi, neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Siriúba Participações Ltda., neste ato representada por Paulo Fernando de Moura; Bertha Safdie, neste ato representada por Paulo Fernando de Moura; Campineira Patrimonial Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Maiz Empreendimentos e Participações Ltda., neste ato representada por Maíra Soares Teixeira Gomes Gimenes; Angelia Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; Mikhmoret Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; Valquirie Inc., neste ato representada por Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa; e Tania Alves da Rocha Pavanelli. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 18/12/2025. **Mesa: Fernando José Garcia -** Presidente; **Dani Glikmanas -** Secretário. **JUCESP** - 54.199/26-8 em 24/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código D0EF-A698-B74F-680F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme **MP nº 2.200-2** de **24/08/2001.**
A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

**A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 05/03/2026**
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link:
**https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código D0EF-A698-B74F-680F.

# 4BIO MEDICAMENTOS S.A.

CNPJ 07.015.691/0001-46

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício de 2025 foi marcado pela continuação do crescimento da 4Bio, pela consolidação da parceria com a Raia Drogasil (detentora de 100% do capital da 4Bio) e pela continuação da implementação das ações do planejamento estratégico (que havia sido definido em 2018). Com isto, estamos construindo as condições para continuar a crescer de forma acelerada em medicamentos especiais, segmento farmacêutico com maior crescimento no Brasil e no mundo. Estamos preparados para enfrentar os desafios de crescimento, inovando e encantando os nossos clientes e fornecedores permanentemente para nos consolidarmos como referência nacional na comercialização de medicamentos especiais. O foco da administração continuará em atender clientes e fornecedores com excelência, buscar inovação constante na cadeia da saúde e crescer com rentabilidade. **A Administração.**

## Balanço Patrimonial - 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

| ATIVO | Nota | 2025 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | **150.983** | 18.764 |
| Contas a receber de clientes | 6 | **567.329** | 696.010 |
| Estoques | 7 | **443.606** | 430.337 |
| Tributos a recuperar | 8 | **17.578** | 37.087 |
| Imposto de renda e contribuição social | 9 | **4.513** | 2.355 |
| Outros ativos circulantes | | **56.495** | 45.559 |
| Despesas antecipadas | | **964** | 527 |
| | | **1.241.468** | 1.230.639 |
| **Não circulante** | | | |
| **Realizável a longo prazo** | | | |
| Tributos a recuperar | 8 | **27.746** | 4.513 |
| Imposto de renda e contribuição social | 9 | **-** | 16.586 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 24 | **108.331** | 109.878 |
| Depósitos judiciais | 18 | **235.110** | 223.134 |
| Imobilizado | 11 | **8.223** | 5.695 |
| Direito de uso em arrendamentos | 17 | **6.802** | 5.410 |
| Intangível | 12 | **5.855** | 6.558 |
| | | **392.067** | 371.774 |
| **Total do ativo** | | **1.633.535** | 1.602.413 |

| PASSIVO | Nota | 2025 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Fornecedores | 13 | **493.792** | 526.815 |
| Empréstimos | 14 | **-** | 89.582 |
| Partes relacionadas | 10 | **2.255** | 1.425 |
| Passivo de arrendamentos | 17 | **1.803** | 1.694 |
| Salários e encargos sociais | 15 | **14.383** | 14.713 |
| Tributos a recolher | 16 | **19.840** | 26.508 |
| Outros passivos circulantes | | **14.583** | 18.403 |
| | | **546.656** | 679.140 |
| **Não circulante** | | | |
| Passivo de arrendamentos | 17 | **5.278** | 3.850 |
| Plano de remuneração de ações | | **4.480** | 3.877 |
| Provisão para demandas judiciais | 18 | **111.161** | 192.985 |
| Tributos a recolher | | **-** | 662 |
| Outros passivos não circulantes | | **2.393** | 2.393 |
| | | **123.312** | 203.767 |
| **Total passivo** | | **669.968** | 882.907 |
| **Patrimônio líquido** | 19 | | |
| Capital social | | **324.027** | 264.027 |
| Reserva de lucros | | **639.540** | 455.479 |
| Total do patrimônio líquido | | **963.567** | 719.506 |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **1.633.535** | 1.602.413 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado
### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **Receita líquida de vendas** | 20 | **2.953.408** | 3.065.638 |
| **Custo dos produtos e serviços vendidos** | 21 | **(2.715.355)** | (2.826.448) |
| **Lucro bruto** | | **238.053** | 239.190 |
| **(Despesas) receitas operacionais** | | | |
| Gerais e administrativas | 21 | **(44.949)** | (49.415) |
| Vendas | 21 | **(125.188)** | (119.843) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | 21 | **65.438** | 2.310 |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro** | | **133.354** | 72.242 |
| **Resultado financeiro** | | | |
| Despesas financeiras | 23 | **(70.713)** | (99.091) |
| Receitas financeiras | 23 | **97.573** | 89.957 |
| **(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **160.214** | 63.108 |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | | |
| Corrente | 24 | **25.095** | (10.272) |
| Diferido | 24 | **(1.547)** | 35.176 |
| | | **23.548** | 24.904 |
| Lucro líquido do exercício | | **183.762** | 88.012 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa
### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 2025 | 2024 |
|---|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | **160.214** | 63.108 |
| Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa | | | |
| Depreciações e amortizações | 11, 12 e 17 | **6.807** | 6.299 |
| Distrato de arrendamentos | 17 | **(32)** | (28) |
| Baixa do ativo imobilizado e intangível | 11 | **352** | - |
| Provisão para perdas de créditos esperadas | 6 | **24.061** | 30.177 |
| (Ganho) perda de *swap* - instrumentos financeiros | 14 | **9.832** | (9.250) |
| Provisão de baixas de estoque | 7 | **2.188** | 2.406 |
| (Reversão) provisão para demandas judiciais | 18 | **(70.571)** | 1.125 |
| Variação cambial e outros | | **(19.437)** | 19.512 |
| Provisão de juros | 14 | **8.093** | 22.866 |
| | | **121.507** | 136.215 |
| (Aumento) redução de ativos | | | |
| Contas a receber | 6 | **113.491** | (187.581) |
| Estoques | 7 | **(15.457)** | (118.856) |
| Outras contas a receber | | **(10.934)** | (4.013) |
| Imposto a recuperar | 8 | **11.625** | (18.759) |
| Despesas antecipadas | | **(437)** | 93 |
| Depósitos judiciais | 18 | **1.853** | (398) |
| Aumento (redução) de passivos | | | |
| Fornecedores | 13 | **(33.024)** | 87.554 |
| Salários e obrigações sociais | 15 | **(331)** | (2.184) |
| Impostos, taxas e contribuições | 16 | **(7.330)** | 12.460 |
| Outras contas a pagar | | **(2.086)** | 10.314 |
| Juros pagos sobre empréstimos | 14 | **(8.982)** | (25.200) |
| Juros sobre arrendamentos | 17 | **598** | 313 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | **-** | (808) |
| **Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais** | | **170.493** | (110.850) |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimentos** | | | |
| Aporte de capital | 19 | **60.000** | 240.000 |
| Aquisições de imobilizado e intangível | 11 e 12 | **(6.718)** | (3.187) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | | **53.282** | 236.813 |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamentos** | | | |
| Empréstimos tomados | 14 | **90.000** | 88.869 |
| Pagamentos de empréstimos | 14 | **(178.869)** | (225.000) |
| Pagamentos de arrendamentos | 17 | **(2.687)** | (2.308) |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento** | | **(91.556)** | (138.439) |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa** | | **132.219** | (12.476) |
| **Caixa e equivalente de caixa** | | | |
| No início do exercício | | **18.764** | 31.240 |
| No final do exercício | | **150.983** | 18.764 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa** | | **132.219** | (12.476) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de Reais)

| | Nota | Capital social | Capital social a integralizar | Reserva de capital | Reservas de lucros: Incentivo fiscal | Reservas de lucros: Legal | Reservas de lucros: Investimentos | Lucros acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | | **24.027** | **-** | **(226)** | **356.357** | **7.673** | **3.723** | **-** | **391.554** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | 88.012 | 88.012 |
| Capital social subscrito | 19.a) | 300.000 | - | - | - | - | - | - | 240.000 |
| Capital social a integralizar | 19.a) | - | (60.000) | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de capital | | - | - | (60) | - | - | - | - | (60) |
| Constituição de reserva legal | 19.b) | - | - | - | - | 4.401 | - | (4.401) | - |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | 19.d) | - | - | - | 83.611 | - | - | (83.611) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | | **324.027** | **(60.000)** | **(286)** | **439.968** | **12.074** | **3.723** | **-** | **719.506** |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | - | 183.762 | 183.762 |
| Capital social integralizado | 19.a) | - | 60.000 | - | - | - | - | - | 60.000 |
| Reserva de capital | | - | - | 299 | - | - | - | - | 299 |
| Constituição de reserva legal | 19.b) | - | - | - | - | 9.188 | - | (9.188) | - |
| Constituição de reserva estatutária | 19.c) | - | - | - | - | - | 5.832 | (5.832) | - |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | 19.d) | - | - | - | 168.742 | - | - | (168.742) | - |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | | **324.027** | **-** | **13** | **608.710** | **21.262** | **9.555** | **-** | **963.567** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado Abrangente
### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido do exercício** | **183.762** | 88.012 |
| Outro resultado abrangente | **-** | - |
| **Total do resultado abrangente do exercício** | **183.762** | 88.012 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A 4Bio Medicamentos S.A. ("Companhia") foi constituída em 2004 e suas atividades concentram-se na comercialização de medicamentos especiais e correlatos de alta tecnologia (utilizados para tratar condições graves de saúde ou de ameaça à vida prescritos por especialistas clínicos), sem manipulação de fórmulas, serviços de aplicação de medicamentos, fornecimento de infraestrutura de apoio ao paciente, consultoria em gestão empresarial, tecnologia de informação, fornecimentos e gestão de recursos humanos, pesquisa de mercado e de opinião pública e *marketing* direto. A Companhia tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso Alvarenga, 58, conjunto 2, Chácara Itaim. O serviço de entrega dos medicamentos é realizado diretamente no destino onde se encontra o cliente por meio das quatro centrais de distribuição localizadas nos Estados de São Paulo, Tocantins, Pernambuco e Bahia. Em 2015, ocorreu a mudança do controle acionário da Companhia onde o acionista controlador passou a ser a Raia Drogasil S.A. ("Raia Drogasil"), detendo 55% das ações ordinárias da Companhia. Em 22 de abril de 2021, o Fundo de Investimentos em Participações Kona Multiestrategia apresentou à Raia Drogasil S.A. (controladora) a Notificação de Exercício da Primeira Opção de Venda das ações equivalentes a 30% do capital social da Companhia. A transferência das ações ocorreu em 13 de maio de 2021, após o exercício da primeira opção de venda das ações, a controladora passou a deter 85% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. Em 30 de abril de 2024, o Fundo de Investimento em Participações Kona ("Kona") apresentou à RD Saúde a Notificação de Exercício da Segunda Opção de Venda das ações equivalentes a 15% do capital social da controlada 4Bio Medicamentos S.A. A transferência das ações ocorreu em 3 de maio de 2024. A partir desta data, a Raia Drogasil S.A. (controladora) passou a deter 100% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. **2. Base de elaboração:** a) Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara, de forma explícita e sem reservas, que as demonstrações financeiras estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias desse conjunto de demonstrações financeiras e estão consistentes com aquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. b) Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Continuidade operacional - Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e, na data de aprovação das demonstrações financeiras, concluiu que a Companhia tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente e que possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram elaboradas adotando a base contábil de continuidade operacional. **3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas: 3.1. Pronunciamentos novos ou alterados em vigor no exercício corrente -** As normas contábeis a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

| Pronunciamento | Descrição |
|---|---|
| Alterações ao CP2 02 (R2)/IAS 21 | Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade |

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

**3.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes -** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Administração está avaliando os possíveis impactos e, exceto pela IFRS18, não espera que essas normas resultem em impactos materiais sobre as demonstrações financeiras.

| Pronunciamento | Descrição | Aplicável a períodos anuais com início em ou após |
|---|---|---|
| Alterações ao CPC 48/IFRS 9 e ao CPC 47/IFRS 7 | Alterações à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros | 01/01/2026 |
| Melhorias anuais às normas contábeis – Volume 11 | Alterações ao CPC 37/IFRS 1 adoção inicial das normas internacionais da contabilidade, CPC 48/IFRS 9 Instrumentos financeiros, CPC 36 (R5)/IFRS 10 Demonstrações consolidadas, e ao CPC 03 (R2) IAS 7 Demonstrações de fluxos de caixa. | 01/01/2026 |
| Inclusão do CPC 51/IFRS 18 | O CPC 51 /IFRS 18 substitui o CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. | 01/01/2027 |
| Inclusão IFRS 19 | A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. | 01/01/2027 |

**4. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: a) Vendas de medicamentos - As receitas da Companhia advêm da venda de medicamentos para gestoras de planos de saúde, hospitais e clínicas, pessoa física e jurídica ("clientes"), bem como da prestação de serviço relacionada à aplicação de medicamentos. Para essas vendas, consideradas sem obrigação subsequente de desempenho, as receitas são reconhecidas no momento em que o controle do ativo é transferido para os clientes, ou seja, na transferência/entrega no local de destino definido pelo cliente e na realização do serviço prestado. *Devoluções e cancelamento* - A Companhia analisa a cadeia logística do medicamento e o relato do cliente, a fim de verificar se atende aos requisitos legais e regulatórios. b) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, com vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo seu valor justo ou de realização. c) Contas a receber e provisão para perdas de crédito esperadas - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor original das vendas, líquidas das taxas das administradoras de cartão, quando aplicável. Esses ativos financeiros estão sujeitos ao reconhecimento de perda de crédito esperada mensurada por meio de estimativas ponderadas de probabilidade de perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito esperadas são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A mensuração da perda de crédito esperada considera os componentes abaixo: • Probabilidade de inadimplência; e • Perda por inadimplência, que representa a parcela do saldo que não deverá ser recuperada. d) Estoques - Os estoques são avaliados pelo método do custo médio de aquisição, ajustados, quando aplicável, pelo efeito do ajuste a valor presente das compras realizadas a prazo junto a fornecedores. Os estoques são apresentados ao menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos custos necessários para a realização da venda. e) Acordos comerciais - Além das compras regulares de produtos, a Companhia negocia com seus fornecedores, oportunidades de venda diferenciada dos seus produtos. Essas negociações são individuais e distintas entre os fornecedores e podem apresentar características de natureza complexa. As principais categorias de acordos comerciais são: (i) descontos financeiros concedidos por laboratórios atrelados à venda ao consumidor e associados a Programas de Benefícios; e (ii) abatimentos por metas de volume, auferidos tanto nas compras quanto nas vendas. À medida que ocorre a execução operacional do produto da negociação (veiculação do produto, disposição, venda do produto promovido, direito ao recebimento do valor financeiro acordado etc.), a Companhia reconhece o ganho auferido com essas negociações reduzindo o custo dos produtos vendidos, em contrapartida de outros ativos circulantes. f) Imobilizado - Avaliado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, provisão para redução ao valor de recuperação. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue: • Equipamentos de informática - 5 anos; • Veículos - 5 anos; • Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos - 10 anos; • Benfeitorias em propriedades de terceiros - 5 anos. g) Arrendamentos - A Companhia é qualificada como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas: • O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento; • A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e a Companhia operar o ativo durante todo o período do contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento. *Ativos de direito de uso* - A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento* - Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. h) Intangível - Os gastos com recursos intangíveis somente são considerados itens do ativo intangível e capitalizados como tal quando atendem às condições de identificação, controle e mensuração. Estão representados por gastos com aquisição de informações, incrementos e formação de base de dados e sistemas de computação, os quais são amortizados pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimado desses ativos. i) Instrumentos financeiros - Inicialmente, registrados a seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente registrados no resultado do exercício. A mensuração subsequente, quando aplicável, ocorre a cada data de encerramento das demonstrações financeiras, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros, sendo estes denominados como básicos ou como outros instrumentos e transações financeiras mais complexas. j) Provisão para demandas judiciais - Registrada somente quando existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, uma saída de recursos seja provável para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. É atualizada até as datas de encerramento das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. k) Demais ativos e passivos - Os ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, ajustados pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, de acordo com os contratos vigentes. l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos - *Tributos correntes* - A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. *Tributos diferidos* - Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos Tributos diferidos ativos é revisada nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. m) Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja relevante para efeito das demonstrações financeiras e tais impactos foram registrados nas rubricas de receita e despesas financeiras. n) Subvenções governamentais - *Crédito presumido* - São auferidos pela Companhia, benefícios fiscais decorrentes de tratamento tributário diferenciado da apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - por operações conduzidas nas filiais situadas nos Estados de Tocantins - Palmas, Pernambuco - Recife e Salvador - Bahia. O ganho é reconhecido no resultado do exercício no momento em que os riscos e benefícios da mercadoria são transferidos ao comprador. Essa receita é reconhecida na demonstração do resultado na Companhia, a rubrica de dedução de receita bruta de vendas. *Reserva de incentivos fiscais* - A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS que, de acordo com a Lei Complementar nº 160/2017, são classificados como subvenções para investimento. A Administração da Companhia, tendo em vista a referida legislação, está destinando os montantes descritos na nota explicativa nº 20.d para reserva de incentivos fiscais, na rubrica de reserva de lucros, sujeita à aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Os valores dos incentivos não integram a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório e somente poderão ser incorporados ao capital social, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976. **5. Julgamentos e estimativas contábeis:** Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante aos valores contábeis dos ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: (i) Provisão para demandas judiciais - Provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, e a análise dos assessores jurídicos da Companhia. (ii) Provisão para perdas de crédito esperadas - A provisão para perdas esperadas é calculada para os casos ou as categorias de clientes em que haja uma prospecção de que o risco de crédito existe no momento do reconhecimento da venda. (iii) Recuperabilidade do ICMS - A Companhia possui créditos de ICMS decorrentes, principalmente, (i) de operações sujeitas à substituição tributária (ICMS-ST) e (ii) de créditos originados no âmbito do Convênio ICMS 162/94. A recuperabilidade desses créditos é avaliada periodicamente pela Administração, considerando sua natureza jurídica, aderência à legislação aplicável, estágio dos processos administrativos e as formas legalmente disponíveis para sua realização. Considerando que a realização econômica desses créditos ocorre, em determinadas situações, por meio de cessão a terceiros ou mecanismos que envolvem custos de monetização, a Companhia constitui provisão para ajuste ao valor recuperável quando aplicável. Essa provisão reflete o deságio estimado na realização dos créditos, atualmente equivalente a 11%, composto pelo deságio praticado pelo adquirente dos créditos e pela comissão da intermediadora da operação. A estimativa é revisada periodicamente e ajustada sempre que houver alteração relevante nas premissas de realização ou nas condições de mercado. (iv) Avaliação do valor recuperável do imobilizado e intangível - Os bens do imobilizado, intangível e de outros ativos não circulantes são avaliados periodicamente para determinar se existem indícios de perda no valor recuperável de itens. Quando tais indícios são identificados, é estimado o valor recuperável do ativo para determinar se há necessidade de reconhecer a perda. (v) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário - A Companhia utiliza a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário, no caso, a própria Companhia, para mensurar a valor presente os passivos de arrendamento, uma vez que não é possível determinar a taxa de juros implícita nos contratos. Essa taxa corresponde aos juros que a Companhia incorreria para obter financiamento em condições similares às do arrendamento, considerando o risco de crédito, o prazo do contrato, as características das garantias e o ambiente econômico similar da transação. (vi) Determinação do prazo de arrendamento - O prazo dos arrendamentos é definido com base na avaliação da certeza razoável de exercício das opções de prorrogação ou de não exercício das opções de rescisão, considerando incentivos econômicos relevantes. Para centros de distribuição, são fatores determinantes: (i) multas significativas associadas à rescisão ou não prorrogação; e (ii) benfeitorias com valor residual relevante em imóveis de terceiros. A Companhia também considera práticas históricas de utilização de ativos e os impactos operacionais de eventual substituição do ativo arrendado. (vii) Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos - O reconhecimento de ativos fiscais diferidos depende de julgamento significativo da Administração quanto à probabilidade de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização desses ativos. A Companhia reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja considerado provável que existirá lucro tributável contra o qual tais valores possam ser utilizados. A recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos é revisada periodicamente. Caso a Administração conclua que não é mais provável a realização total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao montante que se espera realizar. Por outro lado, ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos podem ser registrados na medida em que se torne provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua utilização.

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos | **396** | 628 |
| Aplicações financeiras | **150.587** | 18.136 |
| | **150.983** | 18.764 |

(i) O saldo de aplicações financeiras é representado por certificados de depósitos bancários - CDBs, remunerados com base em uma variação média de 92% do CDI ao ano (82% do CDI em 2024). Essas aplicações financeiras possuem vencimentos de até 90 dias e podem ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração (compromissada com lastro de terceiros).

**7. Contas a receber de clientes**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Clientes | 587.263 | 724.148 |
| Ajuste a valor presente | (9.970) | (10.637) |
| Provisão para perdas de crédito esperadas | (9.964) | (17.501) |
| | **567.329** | **696.010** |

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | **(17.501)** | (7.863) |
| Constituição da provisão | **(24.061)** | (30.177) |
| Valores baixados no exercício como recebidos | **12.993** | 16.373 |
| Valores baixados no exercício como incobráveis | **18.605** | 4.166 |
| Saldo no fim do exercício | **(9.964)** | (17.501) |

Por idade de vencimento:

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| A vencer | **540.302** | 655.686 |
| Vencidos: | | |
| De 1 a 30 dias | **19.731** | 25.203 |
| De 31 a 60 dias | **4.703** | 9.444 |
| De 61 a 90 dias | **3.913** | 5.794 |
| De 91 a 180 dias | **5.499** | 11.034 |
| De 181 a 360 dias | **11.753** | 13.794 |
| Há mais de 360 dias | **1.362** | 3.193 |
| | **587.263** | 724.148 |

A Companhia tem como procedimento analisar a composição dos títulos vencidos, adotando o critério de provisão para perdas de crédito esperadas para a totalidade dos títulos protestados e sem evidências de negociação, clientes concordatários e falidos.

**8. Estoques**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Mercadorias | **441.541** | 430.725 |
| Ajuste a valor presente | **2.065** | (388) |
| | **443.606** | 430.337 |

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de constituição de provisão para perdas de estoque, considerando histórico, materialidade e riscos associados. A Administração não constituiu provisão para perdas dos estoques por entender que não há valores materiais de perdas no exercício. As perdas por vencimento são pouco recorrentes, em razão de acordos comerciais com a indústria que permitem devolução ou troca de produtos próximos ao vencimento. Dessa forma, a Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perdas de estoque, permanecendo o tema sob monitoramento contínuo.

**9. Tributos a recuperar**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| ICMS (i) | **19.825** | 24.481 |
| ICMS ST (ii) | **28.747** | 22.514 |
| PIS e COFINS (iii) | **2.799** | 631 |
| (-) Provisão perda de crédito tributário | **(6.047)** | (6.026) |
| | **45.324** | 41.600 |
| Circulante | **17.578** | 37.087 |
| Não circulante | **27.746** | 4.513 |

(i) Referente aos créditos fiscais de ICMS nas aquisições de mercadorias para revenda do Estado de Goiás pela matriz estabelecida no Estado de São Paulo, decorrentes das compras de medicamentos previstos no Convênio ICMS 162/94 o qual concede isenção de ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer. Por ser um Convênio autorizativo, o Estado de Goiás não o aderiu e os fornecedores, estabelecidos nesse Estado, permanecem destacando o imposto em suas vendas e, consequentemente, gerando saldo credor no Estado de destino, uma vez que o Estado de São Paulo permite a manutenção desses créditos ainda que as saídas sejam contempladas com o benefício da isenção do ICMS. (ii) Referente aos créditos fiscais de ICMS nas aquisições de mercadorias para revenda sob o regime de Substituição Tributária

# 4BIO MEDICAMENTOS S.A.

CNPJ 07.015.691/0001-46

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2025 e 2024**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Fornecedores**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Mercadorias | **498.769** | 527.590 |
| Serviços, materiais e ativos | **2.540** | 5.379 |
| Ajuste a valor presente | **(7.517)** | (6.154) |
| | **493.792** | **526.815** |

**15. Empréstimos**

A movimentação dos empréstimos é como segue:

| | Empréstimos e financiamentos |
|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | 227.393 |
| Captações | 88.869 |
| Pagamento de principal | (225.000) |
| Pagamento de juros | (25.200) |
| Apropriação de juros | 22.866 |
| Provisão de juros | 8.510 |
| (Ganho) Perda de *swap* | (9.250) |
| IRRF a recuperar | 1.394 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 89.582 |
| Captações | **90.000** |
| Pagamento de principal | **(178.869)** |
| Pagamento de juros | **(8.982)** |
| Apropriação de juros | **8.093** |
| Reversão de juros | **(10.545)** |
| (Ganho) Perda de swap | **9.832** |
| IRRF a recuperar | **889** |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | **-** |

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Empréstimo Santander (i) | - | 38.869 |
| Empréstimo Itaú (ii) | - | 50.713 |
| | - | 89.582 |

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou o saldo da Conta Garantida junto ao Banco Santander, no montante de R$38.869. O pagamento dos juros foi efetuado no mês subsequente a utilização, com taxa CDI acrescida de uma sobretaxa de 2,00% ao ano. Em 18 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou operação de empréstimo em moeda estrangeira - capital de giro junto ao Banco Santander, no montante de R$90.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 0,86% ao ano com prazo de pagamento de seis meses. O pagamento ocorreu integralmente em 18 de agosto de 2025. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. (ii) Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou operação de empréstimo em moeda estrangeira - capital de giro junto ao Banco Itaú, no montante de R$50.000, remuneração equivalente a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos CDI, acrescida de uma sobretaxa de 1,35% ao ano com prazo de pagamento de um ano. O pagamento de juros foi efetuado trimestralmente e do principal ocorreu em 18 de fevereiro de 2025. Os recursos captados foram utilizados para reforço do capital de giro. A Companhia manteve contrato de *swap* de taxa de juros para ambas as captações, que foi utilizado como *hedge* da exposição às flutuações do câmbio do empréstimo garantido e foram liquidados em 18 de fevereiro de 2025 e 18 de agosto de 2025, respectivamente, resultando em uma perda de R$9.832, registrado na rubrica de resultado financeiro.

**16. Salários e encargos sociais**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Férias a pagar | **6.457** | 6.352 |
| Encargos a recolher | **2.972** | 1.779 |
| Salários a pagar | **1.915** | 1.937 |
| Provisão de participação nos resultados | **3.039** | 4.645 |
| | **14.383** | 14.713 |

**17. Tributos a recolher**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS | **17.781** | 24.204 |
| Fundo de Desenvolvimento (i) | **74** | 69 |
| Outros | **1.984** | 2.235 |
| | **19.839** | 26.508 |
| Circulante | **19.839** | 26.508 |

(i) O beneficiário dessa lei recolhe ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento - TO, sob a norma da Lei nº 1.641-05, e a título de contribuição de custeio, o equivalente a 0,03% sobre o faturamento mensal incentivado. **18. Arrendamentos:** A Companhia arrenda imóveis para o seu espaço de escritório e centros de distribuição. As locações de imóveis operacionais geralmente são executadas por um período entre três e seis anos. Alguns arrendamentos incluem a opção de renovação por um período adicional do mesmo período após o término do prazo do contrato. As mensurações associadas ao direito de uso dos ativos foram efetuadas levando-se em consideração as seguintes premissas: (i) Início do prazo de arrendamento: a Companhia definiu o início do prazo de arrendamento, a data em que passa a exercer o direito de usar o imóvel. Nesse sentido, a Companhia determinou a data de assinatura dos contratos, uma vez que a partir dessa data, passa a controlar aspectos operacionais do imóvel como reformas e preparação do ambiente físico. (ii) Prazo de arrendamento: período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento. A Companhia adotou o prazo dos contratos e premissas detalhadas na nota 4(v) ou, quando aplicável, adicionado pelo exercício da Lei nº 8.245/91 ("Lei do Inquilinato"), que concede ao arrendatário (Companhia), o direito às renovações contratuais (direito executável) quando determinadas condições forem atendidas. Taxa incremental de juros de financiamento do arrendatário: devido às diferenças entre as informações disponíveis aos arrendadores e arrendatários, não foi possível determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento da Companhia. Dessa forma, em linha com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, foi aplicada taxa incremental de juros sobre o financiamento do arrendatário para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado considerando a projeção dos pagamentos futuros fixos, descontados pela taxa de 15,77% a.a. (11,21% a.a. - 2024), a qual foi construída a partir da taxa básica de juros divulgada pelo Banco Central (BACEN), e com base na média da taxa de captações das debêntures da Controladora. Depreciação do ativo de direito de uso: os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo (administrativo ou centro de distribuição), ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma, a vida útil desses ativos, na ausência de perda ao valor recuperável, será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações nos planos comerciais estratégicos e intenções dos locadores na continuidade do contrato. Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento: o encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Ativo de direito de uso: A seguir, estão apresentadas as movimentações no ativo de direito de uso da Companhia:

| | Imóveis residenciais | Centros de distribuição / administrativos | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2025** | 44 | 5.366 | 5.410 |
| Novos contratos | **-** | **3.561** | **3.561** |
| Remensuração | **4** | **636** | **640** |
| Rescisões | **(33)** | **(510)** | **(543)** |
| Depreciações | **(15)** | **(2.251)** | **(2.266)** |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2025** | **-** | **6.802** | **6.802** |

| | Imóveis residenciais | Centros de distribuição / administrativos | Total |
|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2024** | 86 | 3.896 | 3.982 |
| Novos contratos | - | 2.416 | 2.416 |
| Remensuração | 1 | 1.724 | 1.725 |
| Rescisões | - | (659) | (659) |
| Depreciações | (43) | (2.011) | (2.054) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2024** | 44 | 5.366 | 5.410 |

Passivo de arrendamento

| Movimentação do passivo de arrendamento | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro | **5.544** | 4.085 |
| Pagamentos | **(2.687)** | (2.308) |
| Novos contratos | **3.561** | 2.416 |
| Atualização de juros | **566** | 313 |
| Remensuração | **640** | 1.725 |
| Rescisões | **(543)** | (687) |
| **Saldo em 31 de dezembro** | **7.081** | 5.544 |

| Análise de vencimentos - passivos de arrendamento | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Menos que 1 ano | **1.803** | 1.694 |
| 1 - 5 anos | **5.278** | 3.850 |
| | **7.081** | 5.544 |

Passivo de arrendamento incluído no Balanço Patrimonial
Posição em 31 de dezembro

| | | |
|---|---|---|
| Circulante | **1.803** | 1.694 |
| Não circulante | **5.278** | 3.850 |

Montante reconhecido no resultado

| Reconhecimento no resultado - arrendamento | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Amortizações de direito de uso | **2.266** | 2.054 |
| Juros sobre passivos de arrendamento | **566** | 285 |
| | **2.832** | 2.339 |

**19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia periodicamente os riscos envolvidos nos processos judiciais em que a Companhia é parte, considerando a natureza das demandas, o estágio processual, os precedentes aplicáveis, a jurisprudência dominante, bem como a experiência histórica em casos semelhantes. Eventuais mudanças na expectativa de risco em processos fiscais, cíveis e trabalhistas podem demandar constituição adicional de provisão para riscos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta processos classificados como perda provável no montante de R$111.161 (R$192.985 em 31 de dezembro de 2024). Deste total, R$110.700 referem-se a contingências tributárias, decorrentes de execuções fiscais relacionadas à cobrança de ICMS e Difal, enquanto R$461 correspondem a contingências trabalhistas e previdenciárias. Adicionalmente, a Companhia apresenta processos judiciais classificados como perda possível, representando R$65.490 (R$245.147 em 31 de dezembro de 2024), dos quais R$59.395 são de natureza tributária e R$6.095, de natureza cível.

| Movimentação das provisões para demandas judiciais | Tributárias | Trabalhistas e previdenciários | Total |
|---|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | 192.985 | - | 192.985 |
| Adições de novos processos | 1.483 | 279 | 1.762 |
| Constituições / (Reversões) por mudanças em estimativas (i) | (95.181) | - | (95.181) |
| Atualização monetária | 11.413 | 182 | 11.595 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 110.700 | 461 | 111.161 |

| Movimentação das provisões para demandas judiciais | Tributárias | Cível | Total |
|---|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | 155.680 | 20 | 155.700 |
| Adições de novos processos | 1.703 | - | 1.703 |
| Constituições / (Reversões) por mudanças em estimativas (i) | 25.083 | (20) | 25.063 |
| Atualização monetária | 10.519 | - | 10.519 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 192.985 | - | 192.985 |

| Composição de provisões para demandas judiciais | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Tributárias | **110.700** | 192.985 |
| Trabalhistas e previdenciários | **461** | - |
| **Total** | **111.161** | 192.985 |

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais e municipais e às ações judiciais e trabalhistas. (i) ICMS DIFAL - A Companhia possui ações judiciais contestando o recolhimento do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) em alguns Estados da Federação, realizando depósitos judiciais para os valores contestados, sendo que o primeiro depósito ocorreu em setembro de 2020. Em 4 de janeiro de 2022, passou a vigorar a Lei Complementar nº 190/2022, para regulamentar a cobrança do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL), em razão do princípio da anterioridade tributária de exercício, a Companhia optou por ajuizar ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL no exercício de 2022, realizando depósitos judiciais para os valores contestados. Considerando a probabilidade da tese até então e discussões realizadas com assessores jurídicos, a Companhia concluiu por não provisionar os valores depositados judicialmente. Em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que o recolhimento do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) deve valer sobre transações ocorridas 90 dias após a data da publicação da lei complementar (LC 190/2022), prevalecendo apenas o princípio da anterioridade nonagesimal. Por se tratar de decisão proferida em sede de ação direta de inconstitucionalidade, os efeitos do julgamento do STF são vinculantes em relação a todos os órgãos do Poder Judiciário, da Administração Pública e do Poder Executivo (após o trânsito em julgado da ação). Diante deste cenário, a Companhia reavaliou e identificou a necessidade de provisionar os valores referentes ao Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) contestados nos Estados que haviam editado leis estaduais ordinárias anteriores e em conformidade com o texto aprovado da Lei Complementar nº 190/2022, valor R$60.327. Em 21 de outubro de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu que o recolhimento do Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) deve valer sobre transações ocorridas 90 dias após a data da publicação da lei complementar (LC 190/2022), todavia, modulou os efeitos da decisão, definindo que os contribuintes que ajuizaram ações antes de 29 de novembro de 2023 e deixaram de recolher o tributo ou realizaram depósito judicial, não podem ser cobrados pelo Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL) relativo ao exercício financeiro de 2022. Diante deste cenário, a Companhia reavaliou e, após discussões realizadas com assessores jurídicos, concluiu por reverter as provisões referentes ao exercício de 2022, no valor R$70.098, sendo R$55.760 referente ao valor de principal registrado no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2025 na linha de provisão para demandas judiciais não recorrente e R$14.338 na linha de resultado financeiro, decorrente de atualização monetária. A Administração avalia que a probabilidade de perda é possível. Em decorrência das ações judiciais ajuizadas e das estratégias adotadas para mitigação de risco, os valores discutidos judicialmente permaneceram integralmente garantidos por meio de depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de depósitos judiciais relacionados a essas discussões tributárias totalizava R$230.805 registrado no ativo não circulante, aguardando os desfechos processuais e os trâmites necessários para eventual levantamento ou conversão definitiva desses valores. A Companhia mantém uma provisão no valor de R$ 105.374 em 31 de dezembro de 2025 referente ao DIFAL do período de 2023 e mantém o montante depositado judicialmente. Em 2025, a Companhia reavaliou junto aos seus assessores jurídicos e não identificou a necessidade de realizar novas provisões. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais:

| Movimentação dos depósitos judiciais | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Saldo em 1º de janeiro | **223.134** | 209.264 |
| Atualização | **13.829** | 13.471 |
| Depósito | **1.417** | 399 |
| Bloqueios / Pagamentos | **43** | - |
| Ressarcimento | **(3.313)** | - |
| Saldo em 31 de dezembro | **235.110** | 223.134 |

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Composição de depósitos judiciais | | |
| Tributárias | **234.489** | 222.739 |
| Trabalhistas e previdenciárias | **589** | 395 |
| Cíveis | **32** | - |
| **Total** | **235.110** | 223.134 |

**20. Patrimônio líquido:** a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$324.027, dividido em 2.040.302 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, como segue:

| | 2025 | |
|---|---|---|
| Acionista | Participação (%) | Ações ordinárias |
| Raia Drogasil S.A. | **100,00** | **2.040.302** |
| | **100,00** | **2.040.302** |

Em 30 de abril de 2024, o Fundo de Investimento em Participações Kona ("Kona") apresentou à RD Saúde a Notificação de Exercício da Segunda Opção de Venda das ações equivalentes a 15% do capital social da controlada 4Bio Medicamentos S.A. A transferência das ações ocorreu em 3 de maio de 2024. A partir desta data, a Raia Drogasil S.A. (Controladora) passou a deter 100% do capital social da 4Bio Medicamentos S.A. Em 6 de junho de 2024, foi aprovado mediante Assembleia Geral, o aumento de capital da Companhia no valor de R$240.000, mediante a emissão de 694.058 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 12 de agosto de 2024, foi aprovado mediante Assembleia Geral, o aumento de capital da Companhia no valor de R$60.000. O aporte foi realizado em 12 de fevereiro de 2025. Assim, o capital social da Companhia passou a ser de R$324.027, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 2.040.302 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reserva legal - Constituída na base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. c) Reserva de retenção de lucros - Tem por finalidade e objetivo subsidiar os investimentos da Companhia nas atividades que compõem seu objeto social e cujo saldo, somado aos saldos da reserva legal e das demais reservas que venham ser criadas pela Companhia, não poderá ultrapassar o capital social. d) Reserva para incentivos fiscais - Trata-se dos benefícios fiscais de ICMS obtido nos Estados de Tocantins, Pernambuco e Paraná, normatizado pela Lei Complementar nº 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei nº 12.973/2014. Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (emendado pela Lei nº 11.638, de 2007), essa reserva recebe a parcela de subvenção governamental reconhecidos no resultado do exercício, em conta redutora de impostos sobre a venda, e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados, consequentemente, não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, parte relevante dos incentivos fiscais usufruídos pela Companhia decorre de créditos presumidos de ICMS. Em 26 de abril de 2023, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Tema Repetitivo nº 1.182, firmou entendimento no sentido de que os créditos presumidos de ICMS não se submetem às condições previstas no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 para fins de exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Em linha com esse entendimento, a Companhia obteve decisão judicial liminar em 20 de setembro de 2023, assegurando o direito de excluir tais créditos presumidos da tributação pelo IRPJ e pela CSLL independentemente da constituição de reserva de incentivos fiscais. Com base nesse arcabouço jurídico e na avaliação de seus assessores legais, a Administração entendeu não ser necessária a constituição de reserva de incentivos fiscais especificamente em relação aos créditos presumidos de ICMS nos exercícios de 2024 e 2025. A Companhia mantém o acompanhamento contínuo da evolução jurisprudencial e legislativa sobre a matéria e em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou, em conformidade com o ICPC 22/IFRIC 23, que é mais provável que não que as autoridades fiscais aceitem o tratamento fiscal adotado. Eventuais alterações no entendimento dos tribunais ou na legislação aplicável poderão demandar revisão dos procedimentos adotados e reconhecimento dos correspondentes efeitos contábeis.

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Saldo no início do exercício | **168.742** | 115.565 |
| Reserva para incentivos fiscais | **-** | 136.788 |
| **Total** | **168.742** | 252.353 |
| Reserva realizada no exercício | **(168.742)** | (83.611) |
| Reserva para incentivo fiscal a realizar | **-** | 168.742 |

e) Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios - Conforme redação do artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014, as subvenções para investimento recebidas do Poder Público, devem ser registradas diretamente em resultado e, o valor correspondente deve ser destinado à formação da reserva de lucros e, em qualquer hipótese, tal montante não pode ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de tornar o valor distribuído, tributável pelo imposto de renda.

**21. Receita líquida de vendas**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Vendas de mercadorias | **3.249.949** | 3.395.398 |
| Vendas de serviços prestados | **344** | 91 |
| Total da receita bruta | **3.250.293** | 3.395.489 |
| Impostos sobre vendas (i) | **(255.100)** | (282.740) |
| Devoluções | **(41.785)** | (47.111) |
| Receita líquida de vendas | **2.953.408** | 3.065.638 |

(i) Crédito registrado decorrente do incentivo fiscal no exercício de 2025 correspondeu a R$ 206.451(R$ 177.080 em 2024).

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Tocantins | **25.559** | 18.574 |
| Pernambuco | **172.806** | 156.115 |
| Paraná | **2** | 1.274 |
| Bahia | **8.084** | 1.117 |
| | **206.451** | 177.080 |

**22. Custos e despesas por natureza**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Custo dos produtos e serviços vendidos | **(2.715.355)** | (2.826.448) |
| Despesas com pessoal | **(89.680)** | (88.342) |
| Despesas com transportes | **(26.329)** | (28.088) |
| Despesas com prestadores de serviços | **(6.282)** | (6.973) |
| Depreciação e amortização | **(6.807)** | (6.299) |
| Receitas / (Despesas) não recorrentes (i) | **65.457** | (6.283) |
| Outros (ii) | **(41.058)** | (30.963) |
| | **(2.820.054)** | (2.993.396) |

(i) Refere-se, principalmente, às provisões para demandas judiciais referentes ao Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL), revertido em 2025 devido à mudança favorável na avaliação do prognóstico de perda. (ii) Refere-se a gastos com taxa de administração do cartão de crédito e débito, manutenção de bens, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.
Classificado na demonstração do resultado como:

| Função das despesas | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Custo dos produtos e serviços vendidos | **(2.715.355)** | (2.826.448) |
| Com vendas | **(125.188)** | (119.843) |
| Gerais e administrativas | **(44.949)** | (49.415) |
| Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas | **65.438** | 2.310 |
| | **(2.820.054)** | (2.993.396) |

**23. Instrumentos financeiros:** a) Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

| Instrumentos financeiros básicos | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Ativo: | | |
| Custo amortizado | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | **150.983** | 18.764 |
| Contas a receber de clientes | **567.329** | 696.010 |
| Outros ativos | **56.495** | 45.559 |
| | **774.807** | 760.333 |
| Passivo: | | |
| Custo amortizado | | |
| Fornecedores | **493.792** | 526.815 |
| Partes relacionadas | **2.255** | 1.425 |
| Outros passivos | **14.583** | 18.403 |
| | **510.630** | 546.643 |
| Mensurado ao valor justo | | |
| Empréstimos | **-** | 89.582 |
| | **-** | 89.582 |

A Companhia não possui passivos financeiros e seus ativos financeiros são integralmente de curto prazo, razão pela qual seus valores contábeis aproximam-se substancialmente dos respectivos valores justos. Não há exposição relevante a riscos de mercado, motivo pelo qual, nos termos do CPC 40 (R1) / IFRS 7, não é requerida a divulgação de análise de sensibilidade. b) Gerenciamento de riscos e considerações gerais - A Companhia possui política para o gerenciamento de riscos, que contempla a revisão periódica da estratégia de cobertura para cada tipo de risco ao qual esteja exposta. i) *Risco de crédito* - Decorre da possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O risco de crédito nas atividades operacionais dos clientes é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de créditos e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "provisão com perdas para crédito esperadas". ii) *Risco de taxas de juros* - Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações das taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco relativos a empréstimos e financiamentos captados no mercado, a Companhia realiza a contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As taxas de juros dos ativos e passivos financeiros estão substancialmente atreladas às variações do CDI. iii) *Risco de liquidez* - Decorre da possibilidade da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela Tesouraria. c) Valorização dos instrumentos financeiros - Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, bem como os critérios para cálculo do valor justo, estão descritos a seguir: i) *Caixa e equivalentes de caixa* - Quando comparados com valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros ajustados com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado. ii) *Contas a receber, a pagar e partes relacionadas* - Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, considerando sua natureza e seus prazos de vencimento. d) Gestão de capital - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para maximizar o retorno a todas as partes interessadas.

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Empréstimos | **-** | 89.582 |
| Partes relacionadas | **2.255** | 1.425 |
| Caixa e equivalentes de caixa | **(150.983)** | (18.764) |
| Dívida líquida | **(148.728)** | 72.243 |
| Patrimônio líquido | **963.567** | 719.506 |
| Índice de alavancagem financeira (%) | **(15,44)** | 10,04 |

**24. Resultado financeiro**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre empréstimos | **(16.301)** | (30.883) |
| Ajuste a valor presente - compras (i) | **(65.708)** | (47.011) |
| Juros sobre antecipação de cartões e despesas bancárias | **(246)** | (312) |
| Juros passivos | **(100)** | (79) |
| Juros sobre arrendamento | **(566)** | (285) |
| Juros sobre impostos (iii) | **-** | (19.150) |
| Perda com instrumentos financeiros | **(9.832)** | - |
| Despesas com IOF | **(94)** | (537) |
| Outras despesas | **(986)** | (834) |
| **Total** | **(93.833)** | (99.091) |
| Receitas financeiras | | |
| Ajuste a valor presente - vendas (ii) | **73.738** | 55.539 |
| Descontos obtidos | **-** | 1 |
| Rendimentos sobre as aplicações financeiras | **3.739** | 3.397 |
| Juros sobre impostos (iii) | **13.288** | - |
| Ganho com instrumentos financeiros | **-** | 9.059 |
| Atualização monetária (iii) | **19.898** | 19.127 |
| Outras receitas | **10.030** | 2.834 |
| **Total** | **120.693** | 89.957 |

(i) As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada na rubrica "Fornecedores" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo das mercadorias vendidas". (ii) As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito e boletos, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo. (iii) Refere-se, principalmente, a atualizações monetárias sobre depósitos judiciais e créditos tributários.

**25. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Tributos diferidos - O imposto de renda e contribuição social diferidos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, referem-se a:

| Balanço patrimonial | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | **108.331** | 45.829 |
| Provisão - tributária (i) | **-** | 56.417 |
| Ajuste a Valor Presente - AVP | **-** | 1.656 |
| Provisão - obrigações diversas | **-** | (2.872) |
| Provisão - Programa de Participação de Resultados | **-** | 2.898 |
| Provisão de perda para crédito esperadas | **-** | 5.950 |
| Ativo fiscal diferido, líquido | **108.331** | 109.878 |

| Resultado | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | **(62.502)** | (31.164) |
| Provisão - tributária (i) | **56.416** | (3.673) |
| Ajuste a Valor Presente - AVP | **1.656** | (1.128) |
| Provisão - obrigações diversas | **(2.904)** | 3.932 |
| Arrendamentos | **33** | (11) |
| Provisão - Programa de Participação de Resultados | **2.898** | 145 |
| Provisão de perda para crédito esperadas | **5.950** | (3.277) |
| Despesa de imposto diferido, líquido | **1.547** | (35.176) |

(i) Refere-se, principalmente, a provisão dos valores sobre Diferencial de Alíquota do ICMS (DIFAL), contestados judicialmente em alguns Estados da Federação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo), no montante de R$108.331 em 31 de dezembro de 2025 (Dez/2024 - R$109.878) são decorrentes, principalmente, de provisão para perdas de créditos tributários e prejuízo fiscal e base negativa, para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista conforme projeções sobre os lucros tributáveis futuros. As estimativas de lucros estão relacionadas com o desempenho da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R$108.331, será realizado integralmente até o final de junho de 2037, conforme cronograma de realização:

| Cronograma de realização | |
|---|---|
| 2032 | 501 |
| 2033 | 23.700 |
| 2034 | 25.200 |
| 2035 | 26.700 |
| 2036 | 28.200 |
| 2037 | 4.030 |
| | 108.331 |

Correntes - O imposto de renda e a contribuição social efetivos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, referem-se a:

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | **160.214** | 63.108 |
| Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%) | **34%** | 34% |
| Despesa teórica | **(54.473)** | (21.457) |
| Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL | **35.100** | 31.164 |
| Adições ou exclusões permanentes | **(747)** | 362 |
| Imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores | **25.095** | (10.272) |
| Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não constituídos | **(17.235)** | (35.100) |
| Subvenção para investimentos (i) | **70.193** | 60.207 |
| Provisões sem constituição de diferido | **(34.386)** | - |
| Resultado do imposto de renda e contribuição social corrente | **(52.926)** | (56.633) |
| Resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos | **1.547** | (35.176) |
| Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social | **23.547** | 24.904 |

(i) Incertezas sobre o tratamento de IRPJ e CSLL - A partir do 3º trimestre de 2018, a Companhia passou a tratar como dedutível para fins do imposto de renda, os ganhos auferidos com os benefícios fiscais de ICMS no Estado de Tocantins, em 2020 no Estado de Pernambuco e em 2022 no Estado do Paraná, normatizados pela Lei Complementar nº 160/17, convênio ICMS CONFAZ 190/17 e alteração da Lei nº 12.973/2014. O efeito na apuração de IRPJ / CSLL do montante ajustado em 2025, correspondeu a R$70.193 (R$60.207 em 2024). A Companhia avaliou, em conformidade com o ICPC 22 / IFRIC 23, que é mais provável que não que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal adotado.

**26. Aprovação das demonstrações financeiras:** As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 3 de março de 2026.

**Luiz Felipe de Araúna Bay**
Diretor-Presidente

**Gustavo Maglioni Cury**
Diretor Financeiro

**Emerson Viviani**
Diretor Comercial

**Gustavo Ainer de Oliveira**
Contador – CRC SP-315772/O-6

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da
**4Bio Medicamentos S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da 4Bio Medicamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 4Bio Medicamentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes* - Os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras, sem modificação, com data de 25 de fevereiro de 2025. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relev

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quinta-feira, 5 de março de 2026

# Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

CNPJ nº 28.042.871/0001-97

**Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024** *(Em milhares de Reais, exceto os saldos de resultado por ação)*

## Relatório da Administração

**Mensagem aos Acionistas:** Consolidando nossa atuação e posicionamento como *datatech*, avançamos de forma consistente em 2025 na agenda de utilizar o poder dos dados para transformar positivamente a vida de pessoas e empresas. Ao longo do ano, aceleramos nossa estratégia de inovação e diferenciação, fundamentada em tecnologia de ponta e na plataformização de nossos produtos e serviços. Esse movimento permitiu que a Quod registrasse mais um ciclo de expansão, atingindo uma receita líquida de R$ 373.386 mil (crescimento de 15% sobre o ano anterior), reafirmando a alta escalabilidade do nosso modelo de negócios. A eficiência operacional e o crescimento contínuo das receitas resultaram também em novos patamares de EBITDA e EBIT, de R$ 109.675 mil e R$ 56.533 mil, respectivamente, superando os recordes históricos anteriores. Dando continuidade ao nosso Plano de Negócios, seguimos aprimorando nosso modelo de gestão com equipes multidisciplinares focadas em cada linha de negócio. Além disso, elevamos ainda mais os índices de satisfação dos nossos clientes, atingindo níveis de excelência, reflexo de uma gestão comercial estratégica e segmentação por personas. Essa combinação entre inovação tecnológica e excelência no atendimento ratifica o compromisso da Sociedade com um caminho de crescimento sustentável e geração de valor a longo prazo. **Perfil da Sociedade:** A Quod, marca sob a qual opera a Gestora de Inteligência de Crédito S.A., é uma empresa de inteligência de dados (*datatech*) criada a partir da união dos cinco maiores bancos do país - Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú-Unibanco e Santander, com o objetivo de usar todo o poder dos dados para transformar positivamente a vida das pessoas e empresas. Em outubro de 2022, a Quod e a LexisNexis Risk Solutions, fornecedora global de soluções de avaliação de risco e Compliance, anunciaram um acordo para investimento de capital na Quod pela LexisNexis Risk Solutions. A Quod e a LexisNexis Risk Solutions são parceiras desde 2017, para a construção da plataforma tecnológica de *big data* utilizada nos produtos Quod. Mais recentemente, as partes ampliaram seu relacionamento através da integração bem-sucedida pela Quod, das soluções da LexisNexis Risk Solutions que auxiliam os clientes da Quod no combate a fraudes, crimes financeiros e cumprimento de requisitos de *compliance*. O acordo anunciado aprofunda esta parceria, viabilizando a expansão do portfólio da Quod. Com a conclusão da transação, ocorrida em dezembro de 2022, a LexisNexis Risk Solutions passou a integrar o quadro de acionistas da Quod, tendo representação acionária no Conselho de Administração da Quod ao lado dos cinco bancos fundadores, que mantém sua posição como controladores da Sociedade. **Conjuntura Econômica:** O ano de 2025 apresentou um cenário econômico marcado pela resiliência da atividade, embora sob condições monetárias restritivas. A inflação oficial (IPCA) encerrou o exercício em 4,31%, mantendo-se dentro do intervalo de tolerância da meta estabelecida (até 4,50%), após um período de ajustes nas expectativas ao longo do ano. O câmbio apresentou volatilidade, com o dólar encerrando 2025 cotado a R$ 5,63, refletindo as percepções de risco fiscal e as movimentações no cenário externo. Apesar do ambiente de juros elevados, a economia brasileira demonstrou avanços. O PIB de 2025 registrou um crescimento estimado em 2,26%, sucedendo a expansão de 3,4% observada em 2024. No âmbito da política monetária, o Banco Central manteve uma postura cautelosa para assegurar a convergência dos preços, finalizando o ano de 2025 com a taxa básica de juros (Selic) em 15,00%. Para 2026, as expectativas do mercado, conforme o relatório Focus[1] de janeiro, apontam para uma trajetória de gradual flexibilização. As projeções indicam um crescimento do PIB de 1,80% e uma inflação (IPCA) de 4,06%. No que tange aos juros, a expectativa é que a taxa Selic inicie um ciclo de queda, com projeção de encerramento do exercício em 12,25%, enquanto o dólar é estimado em R$ 5,50 para o fim de 2026. **Posicionamento da Sociedade:** A Quod tem como visão ser reconhecida por clientes e parceiros como a empresa mais inovadora em gestão, modelagem e análise de dados no Brasil, contribuindo ativamente para transformar positivamente o ambiente econômico e a sociedade. Sua missão é estabelecer uma conexão positiva entre clientes e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia brasileira, com soluções para tomada de decisão de negócios através da inteligência de dados. **Desempenho Operacional e Econômico-Financeiro:** A Sociedade encerrou o exercício com uma receita líquida de R$ 373.386 mil, apresentando um crescimento de 15% comparado com a receita registrada em 2024 (R$ 325.181 mil), sendo composta por receitas advindas de soluções para análise de risco de crédito, prevenção a fraudes, *compliance* e recuperação de crédito. Os custos e despesas operacionais totalizaram R$ 316.856 mil em 2025, frente os R$ 300.510 mil registrados em 2024, sendo os principais, gastos com pessoal de R$ 131.584 mil (R$ 133.011 mil em 2024), sustentação e suporte a plataforma de R$ 30.241 (R$ 28.977 mil em 2024) e prestação de serviços de terceiros de R$ 50.509 mil (R$ 35.932 mil em 2024). O lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA ou EBITDA) atingiu R$ 109.675 mil, frente aos R$ 81.473 mil registrados em 2024. O lucro antes dos juros e impostos (LAJI ou EBIT) registrado em 2025 foi de R$ 56.533 mil (contra R$ 25.132 mil em 2024), resultando em uma margem EBIT de 15% (contra margem de 8% em 2024). O avanço nos resultados antes dos juros e impostos demonstra a escalabilidade do modelo de negócios e plataforma de *big data* da Sociedade. As despesas financeiras líquidas somaram R$ 90.859 mil no exercício (R$ 66.635 mil em 2024), que são compostas, principalmente, por despesas ligadas a seu passivo financeiro de contrato de plataforma de dados, incluindo despesas de atualização monetária, variação cambial e ajuste a valor presente, e despesas de juros relativas a seu endividamento e arrendamentos, compensadas parcialmente por receitas financeiras auferidas pela aplicação do caixa da Sociedade. Com isso, o prejuízo operacional antes do Imposto de Renda e Contribuição Social do ano totalizou R$ 34.326 mil, uma redução de 21% frente o prejuízo de R$ 41.503 mil registrado em 2024. **Governança:** A Quod observa de maneira muito estrita e diligente todos os requisitos de governança esperados de uma empresa que gerencia altíssimo volume de dados sensíveis da grande maioria das pessoas físicas e jurídicas do país. Desde muito cedo no processo de construção da operação, a administração da Sociedade dedicou atenção à construção de um sofisticado e completo sistema de governança, incluindo todas as definições e formalidades definidas por seu Estatuto Social, desenvolvimento e implementação de Políticas e Procedimentos para as principais áreas e processos, criação e implementação de um sistema de gestão de riscos corporativos (ERM - *Enterprise Risk Management*), adoção de um Código de Conduta e Ética nos Negócios e definição dos sistemas de controle associados. Como principais órgãos estatutários, além da Diretoria, foi constituído o Conselho de Administração da Companhia, com Conselheiros indicados por cada um dos Acionistas, e foram também constituídos os Comitês de Assessoramento do Conselho, a saber, os Comitês de Negócios, de Tecnologia e Segurança da Informação, de Pessoas e Remuneração e de Controle e Riscos. A Sociedade possui ainda os Regimentos Internos da Diretoria, Conselho e Comitês, além de equipe dedicada de auditoria interna. **Segurança da Informação:** Desde a concepção da Sociedade, o tema Segurança da Informação foi tanto um motivador quanto um tema central de atenção, dada a sua criticidade para a operação de dados massivos e dados financeiros. Em seu processo de implementação do modelo e sistema de Segurança de Informação da Sociedade, foi desenvolvido e adotado um conjunto de políticas, normas e procedimentos de Segurança da Informação, em linha com os requisitos mais estritos das normas internacionalmente reconhecidas, culminando na obtenção da certificação ISO 27.001, mantida desde abril de 2019, com zero não conformidades críticas. Também como atividade central da Segurança da Informação, foram implementados diversos equipamentos e softwares de segurança, tanto na infraestrutura de data center quanto na infraestrutura de escritórios da Sociedade, sempre com a adoção de uma estratégia de "múltiplas camadas" de segurança, de maneira a nunca constituir pontos únicos de vulnerabilidade. Desde outubro de 2020, a Quod conta com a certificação ISO 22.301 de continuidade de negócios, sendo a primeira empresa de inteligência de dados a contar com tal certificação no País e desde 2021 é certificada ISO 27.701 (Privacidade de Dados), reforçando a preocupação com a privacidade e a transparência dos dados de toda a sociedade. **Equipe:** Em dezembro de 2025, a Sociedade contava com 314 colaboradores, entre diretores estatutários, funcionários, aprendizes e estagiários, uma redução de 03 em relação ao quadro de 317 colaboradores observado no ano anterior. A Sociedade é certificada pela GPTW (*Great Place to Work*) como uma organização com um ótimo ambiente de trabalho desde 2019, conforme reconhecimento de seus próprios funcionários. A Sociedade enfatiza a criação de uma cultura aberta, focada na inovação, colaboração e entrega de resultados, sempre atenta à governança e implementação de melhores práticas de negócios. Desde o seu primeiro dia de constituição, a Quod conta com um Código de Conduta e Ética nos Negócios, norteando a atuação de todos os seus profissionais. A Quod tem como seus Valores Fundamentais: • Temos paixão por resolver problemas dos clientes, • Acreditamos que "Dados São Pessoas", • Inovamos a Cada Oportunidade, • Pensamos Grande, • Encaramos os Desafios de Frente, • Protegemos Tudo, Sempre. Em seu processo de gestão de pessoas, a Sociedade possui como parte de sua estratégia de desenvolvimento de talentos, o Plano de Sucessão, mapeando profissionais internos e externos que potencialmente poderiam vir a suceder profissionais em cargos-chave da Sociedade. **Perspectivas Futuras:** Ao longo de 2025, consolidamos o desenvolvimento da Quod, conciliando o aumento da receita com a excelência na prestação de serviços. Expandimos nosso portfólio de produtos e reforçamos nossos diferenciais competitivos no mercado. Pautados em um modelo de negócios escalável, transformamos consistentemente o crescimento de receita em evolução de resultados operacionais. Para 2026, nossa jornada de crescimento permanece focada na satisfação e na geração de valor para nossos clientes. Seguiremos entregando soluções inovadoras e serviços diferenciados, sob os mais rigorosos padrões de segurança de dados e transparência. Manteremos nosso compromisso de aprimorar as análises de crédito e reduzir os níveis de inadimplência e fraudes no mercado, contribuindo para uma economia mais forte e sustentável, e promovendo o desenvolvimento socioeconômico do País.

**A Administração**

[1] Focus - Relatório de Mercado, 02 de janeiro de 2026.

| Balanços patrimoniais | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| **Ativo/Circulante** | | **187.906** | **191.420** |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 114.247 | 125.889 |
| Clientes | 4 | 40.863 | 38.130 |
| Impostos a recuperar | 5 | 24.594 | 18.795 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6 | 135 | 1.445 |
| Despesas antecipadas | 7 | 7.134 | 6.654 |
| Outros | | 933 | 507 |
| **Não circulante** | | **1.025.754** | **1.052.117** |
| Despesas antecipadas | 7 | 1.423 | 855 |
| Outros créditos | | 13 | 13 |
| Ativo fiscal diferido | 8 | 220.843 | 211.909 |
| Imobilizado | 9 | 24.718 | 24.809 |
| Intangível | 10 | 778.757 | 814.531 |
| **Total do ativo** | | **1.213.660** | **1.243.537** |

| Balanços patrimoniais | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| **Passivo e patrimônio líquido/Circulante** | | **377.034** | **282.555** |
| Fornecedores | 11 | 44.081 | 36.255 |
| Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais | 12 | 39.477 | 33.194 |
| Obrigações tributárias | 13 | 6.134 | 6.224 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6 | 19.851 | 9.703 |
| Empréstimos bancários | 14 | – | 68.804 |
| Notas comerciais a pagar | 15 | 135.368 | – |
| Arrendamento a pagar | 17 | 6.469 | 5.700 |
| Passivo financeiro a pagar | 18 | 122.815 | 118.847 |
| Outras contas a pagar | 19 | 2.839 | 3.828 |
| **Não circulante** | | **528.960** | **627.924** |
| Notas comerciais a pagar | 15 | 406.649 | 370.431 |
| Arrendamento a pagar | 17 | 4.787 | 10.680 |
| Passivo financeiro a pagar | 18 | 97.878 | 221.391 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6 | 19.646 | 23.922 |
| Fornecedores | 11 | – | 1.500 |
| **Patrimônio líquido** | | **307.666** | **333.058** |
| Capital social - subscrito | 21 | 701.651 | 701.651 |
| Custo de transação na emissão de ações | | (21.846) | (21.846) |
| Reserva de capital | 21 | 84.000 | 84.000 |
| Prejuízos acumulados | | (456.139) | (430.747) |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **1.213.660** | **1.243.537** |

| Demonstrações dos resultados | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| **Receita líquida de serviços** | 22 | 373.386 | 325.181 |
| **Custo dos Serviços Prestados** | 23 | (137.176) | (137.143) |
| **Lucro bruto** | | **236.210** | **188.038** |
| **Despesas e receitas operacionais** | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 23 | (60.157) | (46.613) |
| Despesas com pessoal | 23 | (115.099) | (109.419) |
| Despesas de depreciação e amortização | 23 | (2.052) | (4.706) |
| Despesas com publicidade, marketing e propaganda | 23 | (2.372) | (2.629) |
| Outras despesas e receitas operacionais | 24 | 3 | 461 |
| **Resultado operacional antes do resultado financeiro** | | **56.533** | **25.132** |
| **Resultado financeiro** | | | |
| Receitas financeiras | 25 | 37.690 | 80.919 |
| Despesas financeiras | 25 | (128.549) | (147.553) |
| **Resultado financeiro líquido** | | **(90.859)** | **(66.635)** |
| **Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **(34.326)** | **(41.503)** |
| Imposto de renda e contribuição social - diferido | 8 | 8.934 | 12.026 |
| **Prejuízo líquido do exercício** | | **(25.392)** | **(29.477)** |
| **Resultado por ação** | | **(0,39910)** | **(0,46631)** |

| Demonstrações dos resultados abrangentes | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Prejuízo líquido do exercício** | **(25.392)** | **(29.477)** |
| Outros resultados abrangentes | – | – |
| **Resultado abrangente** | **(25.392)** | **(29.477)** |

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

| | Capital social | Custos de transação | Reservas de capital | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 01/01/2024** | **701.651** | **(21.846)** | **84.000** | **(401.270)** | **362.535** |
| Resultado do exercício | – | – | – | (29.477) | (29.477) |
| **Saldos em 31/12/2024** | **701.651** | **(21.846)** | **84.000** | **(430.747)** | **333.058** |
| **Mutações do período** | **–** | **–** | **–** | **(29.477)** | **(29.477)** |
| **Saldos em 01/01/2025** | **701.651** | **(21.846)** | **84.000** | **(430.747)** | **333.058** |
| Resultado do exercício | – | – | – | (25.392) | (25.392) |
| **Saldos em 31/12/2025** | **701.651** | **(21.846)** | **84.000** | **(456.139)** | **307.666** |
| **Mutações do período** | **–** | **–** | **–** | **(25.392)** | **(25.392)** |

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | Nota | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| Prejuízo antes do IR e da CS | | (34.326) | (41.503) |
| Ajustes para reconciliar o lucro antes do IR e da CS com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais: | | | |
| Provisão para contingências cíveis | 16 | 20 | 70 |
| Depreciação e amortização | 9 e 10 | 58.208 | 65.592 |
| Operação com instrumentos financeiros derivativos - MtM | 6 | 7.182 | (25.783) |
| Bônus a pagar | | 15.629 | 8.974 |
| Juros incorridos sobre notas comerciais | 15 | 64.313 | 28.839 |
| Juros incorridos sobre empréstimos | 14 | (8.218) | 15.790 |
| Juros incorridos sobre arrendamento | 17 | 1.016 | 1.424 |
| Juros e variação cambial sobre passivo financeiro de fornecedores | 18 | (585) | 48.099 |
| | | **103.239** | **101.502** |
| **Variação nos ativos e passivos operacionais:** | | | |
| Contas a receber | 4 | (2.733) | 783 |
| Despesas antecipadas | 7 | (1.048) | 112 |
| Impostos a recuperar | 5 | (5.799) | (288) |
| Outros ativos | | (426) | (185) |
| Fornecedores | 11 | 6.326 | 795 |
| Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais | 12 | (9.346) | (2.234) |
| Obrigações tributárias | 13 | (90) | 598 |
| Arrendamento a pagar | 17 | 681 | (1.033) |
| Outras contas a pagar | 19 | (1.009) | 1.174 |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | | **89.795** | **101.224** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | |
| Aquisições de imobilizado | 9 | (9.637) | (1.549) |
| Aquisições de intangível | 10 | (12.706) | (12.632) |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento** | | **(22.343)** | **(14.181)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | |
| Variação nos passivos de financiamentos: | | | |
| Captação de notas comerciais | 15 | 220.000 | 150.000 |
| Pagamento de notas comerciais | 15 | (112.727) | – |
| Pagamento de arrendamento | 17 | (6.821) | (6.740) |
| Pagamento de passivo financeiro de fornecedores | 18 | (118.960) | (109.584) |
| Pagamento de empréstimos | 14 | (60.586) | (84.827) |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento** | | **(79.094)** | **(51.151)** |
| **Redução de caixa e equivalentes de caixa** | | **(11.642)** | **35.892** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 125.889 | 89.997 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 114.247 | 125.889 |
| | | **(11.642)** | **35.892** |

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

**1. Contexto operacional:** A Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Quod" ou "Sociedade"), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Araguaia, 2.104 - 8º andar, cidade de Barueri, foi fundada em 14 de junho de 2017, pelos acionistas Banco do Brasil, Caixa Participações, Banco Bradesco, Banco Itaú e Banco Santander, e passou a atuar com a marca Quod desde junho de 2018. Em 2019, a Sociedade deu continuidade à construção de sua plataforma de operação e desenvolvimento de seus produtos, iniciando ainda suas atividades comerciais, tendo assinado os primeiros contratos globais de serviço e realizando diversas provas de conceito com clientes. Desde junho de 2020, a Sociedade opera de forma plena sua plataforma de dados e produtos. Em 04 de outubro de 2022, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, a Sociedade emitiu um Bônus de Subscrição em favor de um novo investidor, a LexisNexis Risk Solutions, fornecedora global de soluções de avaliação de risco e Compliance, que conferiu ao seu titular o direito de subscrever novas ações ordinárias e preferenciais nominativas e sem valor nominal da Sociedade. O Bônus de Subscrição emitido no valor de R$ 84.000, foi integralmente pago nesta data pelo novo investidor. Em 20 de dezembro de 2022, a Sociedade recebeu um ingresso de capital do novo investidor LexisNexis Risk Solutions no valor de R$ 283.514. Os recursos foram integralmente integralizados pela LexisNexis Risk Solutions na mesma data, mediante exercício de Bônus de Subscrição de sua titularidade. A Sociedade avalia constantemente alternativas para equilibrar seus ativos e passivos de curto prazo, realizando operações de gerenciamento e alongamento de dívida. Como resultado, a Sociedade contratou no 1º Semestre de 2022, operações de capital de giro e realizou a postergação da amortização de suas Debêntures. Em 13 de fevereiro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade, a contratação da 1ª Nota Comercial no valor de R$ 80.000, com prazo de 3 anos, que foram utilizadas para o pré-pagamento das Debêntures, reduzindo a dívida da Sociedade e alongando seu prazo. Em 14 de setembro de 2023, a Sociedade realizou a contratação da 2ª Nota Comercial no valor de R$ 100.000, também com prazo de 3 anos, como parte do plano de gerenciamento e otimização de dívidas. Em 30 de setembro de 2024, em continuidade ao plano de gerenciamento de dívidas, realizou a contratação da 3ª Nota Comercial no valor de R$ 150.000, também com prazo de 3 anos. Em 26 de setembro de 2025, a Sociedade realizou a contratação da 4ª Nota Comercial no valor de R$ 220.000, também com prazo de 3 anos, utilizada para a rolagem de CCBs (Cédula de Crédito Bancária) e liquidação antecipada da 1ª Nota Comercial, contratada em 06 de março de 2023. Em 27 de novembro de 2025 o Conselho de Administração aprovou o plano de negócio para os anos de 2026 a 2028 da Sociedade, contemplando o seguimento de sua estratégia de gerenciamento e alongamento de dívida para este período. Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Sociedade possui para os seus acionistas, a Administração entende que a Sociedade tem capacidade para continuar operando. A Sociedade é uma gestora de bases de dados, tendo as seguintes atividades como objeto social: (i) Coleta, o armazenamento, a avaliação, o monitoramento e o gerenciamento de dados financeiros e não financeiros de pessoas naturais e jurídicas; (ii) Organização, a análise, o desenvolvimento, a criação e a comercialização de informações e soluções para apoiar decisões e gerenciamento de risco de crédito e de negócios; (iii) Desenvolvimento e comercialização de relatórios de crédito, de escalas e métricas (score) de risco de crédito, de risco de identidade e de fraude, e de atributos de risco de crédito e de fraude; (iv) Classificação e análise de risco; (v) Prestação de serviços acessórios à análise de carteira de crédito e à recuperação de obrigações vencidas e não honradas; (vi) Prestação de serviços em geral para suporte a atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas, projetos, elaboração e venda de pesquisas; (vii) Desenvolvimento e exploração comercial relacionados à prestação de serviços de informação, marketing e tecnologia em geral, com base no banco de dados, no know-how e na capacidade de distribuição da Sociedade; (viii) Serviços de suporte ao consumidor em relação a crédito e fraude, incluindo educação financeira; (ix) Instrução, treinamento e capacitação técnica para terceiros nas atividades desenvolvidas pela Sociedade, inclusive para análise de crédito e prevenção a fraudes; (x) Desenvolvimento, implementação e comercialização de modelos estatísticos; (xi) Prestação de serviços na área de processamento de dados para terceiros; (xii) Assessoria, consultoria e suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados, bem como portais, provedores de internet e demais serviços de informação na internet; (xiii) Desenvolvimento, aplicação e oferta de tecnologias de segurança em operações e transações, por meios eletrônicos ou não; (xiv) Criação, desenvolvimento, cessão, licença, sublicença e distribuição de sistemas de processamento de dados e de software; (xv) Prática de outras atividades necessárias e pertinentes para a realização de seu objeto social; e (xvi) Participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, no Brasil ou no exterior. **2. Principais práticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), interpretações e orientações técnicas que são aplicadas consistentemente pela Sociedade. **2.2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, bem como foram preparadas no pressuposto da continuidade. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2026. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R$, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. **2.4 Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se às perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber, o valor justo dos ativos e passivos financeiros, à vida útil dos bens do imobilizado e intangível, à realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao "*impairment*" sobre o intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade tem como política efetuar a revisão de suas estimativas, no fechamento das demonstrações financeiras anuais. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com carência original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, mantidos para utilização nos compromissos de curto prazo. **2.6 Instrumentos financeiros:** ***Classificação e mensuração:*** As práticas contábeis adotadas pela Sociedade permitem que os instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: (i) instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos de dívida); (iii) instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - instrumentos patrimoniais); e (iv) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação. No quadro abaixo, demonstramos a classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

| Ativo/Passivo Financeiro | Classificação |
|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | Valor justo por meio do resultado |
| Contas a Receber | Custo amortizado |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | Valor justo por meio do resultado |
| Empréstimos Bancários | Custo amortizado |
| Fornecedores | Custo amortizado |
| Passivo Financeiro a pagar | Custo amortizado |
| Notas Comerciais a pagar | Custo amortizado |

***Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: *(i)* é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e *(ii)* seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. ***Instrumentos financeiros mensurados ao VJRL:*** Todos os ativos e passivos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos e passivos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo ou passivo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. ***2.6.1*** **Contas a Receber de Clientes:** São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, representados pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por venda de produtos e serviços de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. ***Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD:*** A Sociedade elaborou a sua política para reconhecimento de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa e reconheceu provisão para perdas esperadas de créditos sobre os recebíveis de acordo com as diretrizes do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Sociedade aplicou o modelo simplificado para o cálculo da sua provisão de perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa.

Dentre outras informações, foi considerada a matriz a seguir para cálculo da provisão de perdas esperadas:

| | Títulos a vencer | Títulos vencidos | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | entre 1 e 30 dias | entre 31 e 60 dias | entre 61 e 90 dias | entre 91 e 180 dias | acima de 180 dias |
| **Percentual de Perdas** | 0,48% | 1,96% | 10,02% | 21,15% | 48,17% | 100% |

Os títulos de clientes que apresentam acordo de pagamento com reconhecimento da dívida e formalização do acordo, bem como títulos de clientes que não apresentam riscos de créditos, não são considerados na base de cálculo. Caso o acordo não seja cumprido parcial ou totalmente, o título volta a ser considerado na base de cálculo para provisão. ***2.6.2*** **Impostos a Recuperar:** Os impostos a recuperar são compostos principalmente por créditos tributários decorrentes de tributos incidentes sobre o faturamento, operações financeiras e impostos sobre o lucro. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.8 Intangível:** O intangível inclui gastos com aquisição e elaboração de sistemas de computação para a formação e implementação de plataformas e bases de dados e dos produtos que serão ofertados pela Sociedade. Dessa maneira, tais gastos são capitalizados em consonância com os pronunciamentos contábeis aplicáveis, conforme descrito abaixo. Quando aplicável, de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível, os ativos são amortizados pelo método que reflete o padrão no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 10, que levam em consideração a vida útil desses ativos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e os produtos de softwares identificáveis e exclusivos controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda; • A Sociedade pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo; • O software/projeto pode ser vendido ou usado; • O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto; • O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança; • Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes; e • Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. O valor amortizável do respectivo ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada, cujo método de amortização reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros pela Sociedade. Assim os ativos intangíveis podem ser amortizados pelo método linear ou não linear, conforme taxas descritas na nota explicativa nº 10. **2.9 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis:** No fim do exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para tanto, a Sociedade identifica os grupos de ativos que possuem entradas de caixa independentes (UGCs - Unidade Geradoras de Caixa) e avalia seu valor em uso. O valor em uso é mensurado a partir das previsões de fluxos de caixa, descontados pelo custo médio de capital ponderado da Sociedade, durante a vida útil da UGC em questão. A Sociedade compara o valor em uso das UGCs com a soma dos valores contábeis dos ativos que a compõem. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Nos exercícios de 2025 e 2024 a Sociedade não registrou perdas por redução ao valor recuperável de ativos. **2.10 Fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. **2.11 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Contábil Técnico CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Para os processos diagnosticados com riscos possíveis, a Sociedade divulga em Nota Explicativa e para os processos diagnosticados com o risco remoto, a Sociedade faz o acompanhamento. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **2.12 Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240 (R$ 20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. **2.13 Receita de contratos com Clientes:** A Sociedade gera receita principalmente pela venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. A mensuração da receita ocorre com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita conforme o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, no momento em que transfere o controle dos serviços ao cliente e através da análise e aplicação das 5 etapas que deverão ser seguidas até o reconhecimento contábil de uma receita: etapa 1 - Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; etapa 2 - Identificar as obrigações de performance; etapa 3 - Determinar o preço da transação por obrigação de performance;

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.**

continuação

As movimentações do intangível são as seguintes:

| | Taxa média anual - % | Saldos em 31/12/2024 | Aquisições | Amortizações | Saldos em 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Plataforma de dados (a) | 1 a 7 | 746.908 | – | (26.899) | 720.009 |
| Software e licenciamento de software (b) | 20 | 2.505 | – | (108) | 2.397 |
| Produtos (c) | 9 a 10 | 45.947 | – | (7.705) | 38.242 |
| Base de dados (d) | 48 | 19.171 | 12.706 | (13.768) | 18.109 |
| **Total** | | **814.531** | **12.706** | **(48.480)** | **778.757** |

| | Taxa média anual - % | Saldos em 31/12/2023 | Aquisições | Amortizações | Saldos em 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|
| Plataforma de dados (a) | 1 a 7 | 767.331 | 2.475 | (22.898) | 746.908 |
| Software e licenciamento de software (b) | 20 | 2.727 | – | (222) | 2.505 |
| Produtos (c) | 9 a 10 | 53.652 | – | (7.705) | 45.947 |
| Base de dados (d) | 48 | 25.205 | 10.157 | (16.191) | 19.171 |
| **Total** | | **848.915** | **12.632** | **(47.016)** | **814.531** |

(a) Refere-se a investimentos em desenvolvimento das plataformas de dados da Sociedade. No ativo em questão aplicou-se um método de amortização não linear, tendo taxas crescentes ao longo de sua vida útil, variando de 1 a 7% ao ano. O referido método reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros pela Sociedade. A Administração reavalia anualmente a adequação do método e das taxas. (b) Refere-se a softwares e licenças de software de terceiros utilizados no desenvolvimento da plataforma de dados da Sociedade, para prestação de novos serviços e produtos, bem como a implantação de plataformas de atendimento a clientes e de sistemas de gestão. (c) Refere-se a gastos com desenvolvimento ou aquisição de novos produtos. (d) Refere-se a gastos realizados para formação de base de dados da Sociedade. **11. Fornecedores:** O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de R$ 44.081 e R$ 37.755, respectivamente, refere-se à aquisição de bens, manutenção de software, hardware e consultorias diversas, etc.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Lexis Nexis Risk Solutions | (26.360) | (25.603) |
| Equinix do Brasil Soluções de Tecnologia em Informática Ltda. | (571) | (542) |
| Boa Vista Serviços S.A. | (2.189) | (6.137) |
| PTLS Serviços de Tecnologia e Assessoria | (11.068) | (1.673) |
| Outros fornecedores | (3.893) | (3.799) |
| **Total** | **(44.081)** | **(37.755)** |
| Circulante | (44.081) | (36.255) |
| Não Circulante | – | (1.500) |

| **12. Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais** | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Obrigações sociais e trabalhistas | (30.747) | (24.778) |
| Provisão para férias e encargos sobre férias | (8.730) | (8.416) |
| **Total** | **(39.477)** | **(33.194)** |
| **13. Obrigações tributárias** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
| Impostos federais (PIS, COFINS, IRRF, CIDE, CSRF) | (5.060) | (5.259) |
| Imposto Municipal (ISS) | (1.070) | (962) |
| INSS | (4) | (3) |
| **Total** | **(6.134)** | **(6.224)** |

**14. Empréstimos Bancários a pagar:** Em 29 de setembro de 2020, a Sociedade contratou empréstimos na modalidade de Cédula de Crédito Bancária (CCB) junto aos bancos Bradesco, Santander e Safra, no montante total de R$ 200.000, sendo R$ 66.667 junto a cada instituição financeira. As CCB's possuem prazo total de 5 anos, com pagamento de juros semestral e amortização anual, em três parcelas iguais, a partir do final do 3º ano. A remuneração dos empréstimos é equivalente a DI + 2,70% ao ano. Em 29 de setembro de 2025, a Sociedade efetuou o pagamento da última parcela dos contratos acima, liquidando o saldo da dívida relacionada aos empréstimos na modalidade de Cédula de Crédito Bancária (CCB). Portanto, sem saldo ao fim de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 os saldos de empréstimos a pagar eram compostos conforme abaixo:

| | Saldos em 31/12/2024 | Apropriações | Amortizações | Juros pagos | Saldos em 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Empréstimos Bancários a pagar | (66.667) | – | 66.667 | – | – |
| Juros sobre Empréstimos Bancários | (2.246) | (8.218) | – | 10.464 | – |
| Custos de transação a apropriar | 109 | (109) | – | – | – |
| **Total** | **(68.804)** | **(8.327)** | **66.667** | **10.464** | **–** |
| Circulante | (68.804) | – | – | | – |
| Não Circulante | – | | | | – |

**15. Notas Comerciais:** Em 13 de fevereiro de 2023 foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a emissão e oferta da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única no valor total de R$ 80.000 (oitenta milhões de reais), com remuneração equivalente a DI+1,75% ao ano, pagas ao final de 36 meses. A integralização ocorreu em de 17 de março de 2023. Em 14 de setembro de 2023 foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a emissão e oferta da 2ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única no valor total de R$ 100.000 (cem milhões de reais), com remuneração equivalente a DI+1,75% ao ano, pagas ao final de 36 meses. A integralização ocorreu em de 29 de setembro de 2023. Em 12 de setembro de 2024 foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a emissão e oferta da 3ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única no valor total de R$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), com remuneração equivalente a DI+1,45% ao ano, pagas ao final de 36 meses. A integralização ocorreu em de 30 de setembro de 2024. Em 22 de agosto de 2025 foi aprovada em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração a emissão e oferta da 4ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais em série única no valor total de R$ 220.000 (duzentos e vinte milhões de reais), com remuneração equivalente a DI+1,20% ao ano, pagas ao final de 36 meses. A integralização ocorreu em de 26 de setembro de 2025, nesta data a Sociedade realizou a liquidação antecipada da 1ª Nota Comercial.

| | Saldos em 31/12/2024 | Apropriações | Amortizações | Juros pagos | Saldos em 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Notas Comerciais a pagar | (330.000) | (220.000) | 80.000 | – | (470.000) |
| Juros sobre Notas Comerciais | (42.038) | (64.643) | – | 32.727 | (73.954) |
| Custos de transação a apropriar | 1.607 | 330 | – | – | 1.937 |
| **Total** | **(370.431)** | **(284.313)** | **80.000** | **32.727** | **(542.017)** |
| Circulante | – | | | | (135.368) |
| Não Circulante | (370.431) | | | | (406.649) |

**16. Provisões para Contingências:** No encerramento do exercício, a Sociedade era parte envolvida em processos judiciais cíveis no valor de R$ 488 (R$ 460 em 31 de dezembro de 2024) classificados como "possíveis". Com base nas avaliações dos especialistas jurídicos da Sociedade, o risco de perda dos processos cíveis classificados como "prováveis" era de R$ 45 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 65 em 31 de dezembro de 2024). Ainda no exercício de 2024, em dezembro, a Sociedade constituiu uma provisão de processo judicial trabalhista no valor de R$ 365 classificado como "provável", baseado nas avaliações dos especialistas jurídicos da Sociedade. Em 29 de julho de 2025 o pagamento foi liquidado e baixado e o processo baixado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação dos saldos das Provisões de Contingências era composta conforme abaixo:

| | 31/12/2024 | Adições | Baixas | 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Provisões para Contingências Cíveis | (65) | (37) | 57 | (45) |
| Provisões para Contingências Trabalhistas | (365) | – | 365 | – |
| **Total** | **(430)** | **(37)** | **422** | **(45)** |

| | 31/12/2023 | Adições | Baixas | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|
| Provisões para Contingências Cíveis | (133) | 155 | (88) | (65) |
| Provisões para Contingências Trabalhistas | – | (365) | – | (365) |
| **Total** | **(133)** | **(210)** | **(88)** | **(430)** |

**17. Arrendamentos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2025, os valores do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar são de R$ 10.053 (em 2024 era R$ 15.038) e R$ 11.256 (em 2024 era R$ 16.380), respectivamente.

| **Movimentação dos direitos de uso** | Saldos em 31/12/2024 | Reajuste 2025 | Depreciação | Saldos em 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|
| Data-center | 13.983 | 574 | (5.157) | 9.400 |
| Imóveis | 1.055 | 107 | (509) | 653 |
| **Total** | **15.038** | **681** | **(5.666)** | **10.053** |

**Movimentação dos arrendamentos a pagar**

| | Saldos em 31/12/2024 | Reajuste 2025 | Juros | Pagamentos | Saldos em 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|
| Data-center | 14.998 | 574 | 890 | (6.084) | 10.378 |
| Imóveis | 1.382 | 107 | 126 | (737) | 878 |
| **Total** | **16.380** | **681** | **1.016** | **(6.821)** | **11.256** |

**Cronograma de vencimento de arrendamentos a pagar**

| **Período** | **Valor** |
|---|---|
| Até 2027 | 11.992 |
| Total | **4.925** |
| Juros estimados do período até 2027 | (737) |
| **Total de arrendamentos a pagar** | **11.256** |

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado com base nos fluxos de caixa projetados, descontados a taxa média dos contratos de 7% ao ano. A apresentação das taxas, custo, depreciação e a movimentação dos arrendamentos estão na nota explicativa nº 9 - Imobilizado. As despesas com arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, quando existentes, são reconhecidas diretamente no resultado do período na rubrica de despesas operacionais. **18. Passivo Financeiro a pagar:** Em 30 de junho de 2020, a Administração iniciou sua operação com os ativos Plataforma de Dados Quod e Produtos Relatório e Score de Crédito que encontravam-se nas condições necessárias para operar da forma pretendida pela Sociedade. Como na data de início de uso desses ativos ainda havia liquidações previstas, a mensuração do custo remanescente desses ativos foi realizada com base no valor presente das contraprestações futuras ainda não liquidadas. O registro do valor presente dos ativos em questão foi realizado em contrapartida a um passivo financeiro, uma vez que com a entrega dos ativos da forma pretendida pela Administração, a Sociedade passa a não ter o direito incondicional de evitar a entrega de caixa para liquidar sua obrigação contratual. O passivo financeiro é atualizado anualmente pela inflação brasileira e americana, sendo a última contraprestação prevista para setembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos Passivos Financeiros a pagar eram compostos conforme abaixo:

| | Saldos em 31/12/2024 | Apropriações | Pagamentos | Variação Cambial | Variação Monetária | Saldos em 31/12/2025 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar | 343.858 | – | (118.960) | (12.094) | 9.400 | 222.204 |
| Juros sobre Passivo Financeiro de Fornecedores | (3.620) | 2.109 | – | – | – | (1.511) |
| **Total** | **340.238** | **2.109** | **(118.960)** | **(12.094)** | **9.400** | **220.693** |
| Circulante | 118.847 | | | | | 122.815 |
| Não Circulante | 221.391 | | | | | 97.878 |

| | Saldos em 31/12/2023 | Apropriações | Pagamentos | Variação Cambial | Variação Monetária | Saldos em 31/12/2024 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar | 408.312 | – | (109.584) | 31.687 | 13.443 | 343.858 |
| Juros sobre Passivo Financeiro de Fornecedores | (6.588) | 2.968 | – | – | – | (3.620) |
| **Total** | **401.724** | **2.968** | **(109.584)** | **31.687** | **13.443** | **340.238** |
| Circulante | 100.697 | | | | | 118.847 |
| Não Circulante | 301.027 | | | | | 221.391 |

| **19. Outras Contas a Pagar** | **Nota** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
|---|---|---|---|
| Passivo de Contrato (Adiantamentos de Clientes) (a) | | (1.216) | (117) |
| Devolução de Clientes | | (25) | (4) |
| Provisões para Contingências Cíveis | 17 | (45) | (65) |
| Provisões para Contingências Trabalhistas | 17 | – | (365) |
| Provisão de Fornecedores | | (1.553) | (3.277) |
| **Total** | | **(2.839)** | **(3.828)** |

(a) Os passivos de contrato representam valores recebidos antecipadamente de clientes antes da transferência de serviços e são reconhecidos em Receita quando a respectiva obrigação de performance é satisfeita. **20. Partes relacionadas:** No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade e seus acionistas, operações com partes relacionadas, tais como aplicações financeiras, contas a pagar, despesas com benefícios, entre outros. A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos Bancos, sendo alguns desses seus acionistas diretos ou indiretos. Os quadros a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 da Sociedade, discriminados por modalidade de contrato, acionista, bem como as correspondentes receitas e despesas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

| | Balanço Patrimonial | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
| **Empresas** | **Ativo** | **Passivo** | **Ativo** | **Passivo** |
| Banco do Brasil S.A. (a) e (e) | 7.704 | – | 7.493 | – |
| Banco Bradesco S.A. (a), (d) e (e) | 37.952 | 2.769 | 96.166 | 27.446 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. (a), (d) e (e) | 65.811 | 2.719 | 18.890 | 27.474 |
| Banco Itaú Unibanco S.A. (a) | 349 | – | 114 | – |
| Banco Digio S.A. (e) | 1.149 | – | 324 | – |
| Banco Bradesco Financiamentos S.A. (e) | 229 | – | 239 | – |
| XS3 Seguros S.A. (e) | 10 | – | 1 | – |
| Caixa Econômica Federal (e) | 24 | – | – | – |
| Cielo S.A - Instituição de Pagamento | – | – | 1 | – |
| Banco RCI Brasil S.A. (e) | 1 | – | 1 | – |
| Lexisnexis Risk Solutions FL Inc (f) | – | 11.761 | – | 12.360 |
| Lexisnexis Serviços de Analise de Risco (f) | – | 18.999 | – | 17.648 |
| **Total** | **113.229** | **36.248** | **123.229** | **84.928** |

| | Demonstração de Resultado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
| **Empresas** | **Receitas Financeiras** | **Despesas Financeiras** | **Receitas Financeiras** | **Despesas Financeiras** |
| Banco do Brasil S.A. (b) | – | 2.272 | – | 1.423 |
| Banco Bradesco S.A. (b) | 7.483 | 86 | 2.550 | 68 |
| Banco Santander (Brasil) S.A. (b) | 3.269 | – | 4.344 | – |
| Banco Itaú Unibanco S.A. (b) | – | 1 | – | 1 |
| Caixa Econômica Federal (b) | – | 2 | – | 1 |
| Alelo S.A. (c) | – | 4.567 | – | 6 |
| Stelo S.A. (b) | – | 3 | – | 17 |
| Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (c) | – | 3.359 | – | 3.415 |
| Bradesco Saúde S.A. (c) | – | 7.262 | – | 7.274 |
| Lexisnexis Risk Solutions FL Inc (f) | – | 12.750 | – | 64.168 |
| Lexisnexis Serviços de Análise de Risco (f) | – | 41.256 | – | 33.363 |
| **Total** | **10.752** | **71.558** | **6.894** | **109.736** |

(a) Refere-se a transações de caixa e equivalentes de caixa com partes relacionadas. (b) Refere-se a receitas de aplicações financeiras, despesas financeiras, comissionamento de coordenação sobre emissão de debêntures e despesa de gateway. (c) Refere-se a transações de compra de benefícios a funcionários, taxas de serviços sobre vale-transporte e vale-combustível, assistência médica e plano de previdência privada. (d) Refere-se a empréstimo bancário com partes relacionadas. (e) Refere-se a transações de contas a receber com as partes relacionadas. (f) Refere-se a transações de contas a pagar e passivo financeiro referentes ao mês de dezembro de 2025 e 2024 com partes relacionadas. **Receita operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade auferiu receita bruta no montante de R$ 279.294 (em 2024 foi R$ 247.804) referente à prestação de serviços de informações de crédito para partes relacionadas. **Remuneração dos Administradores:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto e longo prazo (salários, assistência médica, participação nos lucros e bônus), contabilizados na rubrica "Despesas com pessoal". Anualmente, a Sociedade aprova em assembleia o valor global da remuneração dos Administradores, conforme determinação do seu Estatuto Social. O saldo de Remuneração dos Administradores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no montante de R$ 17.560 e R$ 12.435, respectivamente, conforme relacionado abaixo:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Remuneração fixa anual | 7.716 | 6.832 |
| Remuneração variável | 9.844 | 5.603 |
| **Total** | **17.560** | **12.435** |

**21. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 04 de outubro de 2022, a Sociedade emitiu de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária um Bônus de Subscrição em favor da LexisNexis Risk Solutions, fornecedora global de soluções de avaliação de risco e Compliance, que conferiu ao seu titular o direito de subscrever novas ações ordinárias e preferenciais nominativas e sem valor nominal da Sociedade. O Bônus de Subscrição emitido no valor de R$ 84.000 foi integralmente pago nesta data pelo novo investidor. Em 20 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital de R$ 283.514, subscrito e integralizado nesta data pelo novo acionista Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda., totalizando o capital da Sociedade em R$ 677.542, mediante a emissão de 10.179.730 de ações ordinárias e 2.544.933 de ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é representado por 50.898.650 ações ordinárias (em 2021 era 43.247.325) e 12.724.663 preferenciais (em 2021 era 25.449.325), nos montantes de R$ 542.034 (em 2021 era R$ 197.014) e R$ 135.508 (em 2021 era R$ 197.015), respectivamente. Em 23 de fevereiro de 2023, foi aprovado através da rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2022, o aumento do capital social do acionista Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. mediante ao ajuste no preço de emissão das ações preferenciais, passando a apresentar o montante de R$ 307.623 (em 2022 era R$ 283.514), totalizando o capital da Sociedade em R$ 701.651. O montante das ações ordinárias permanece inalterado. A composição do capital social da Sociedade é a seguinte e está representada em reais:

| | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acionistas** | **Capital Social** | **Qtde. de Ações ON e PN** | **%** | **Capital Social** | **Qtde. de Ações ON e PN** | **%** |
| Banco Bradesco S.A. | 82.825 | 10.699.036 | 17% | 82.825 | 10.699.036 | 17% |
| Banco do Brasil S.A. | 81.893 | 10.578.523 | 17% | 81.893 | 10.578.523 | 17% |
| Banco Santander (Brasil) S.A. | 76.635 | 9.899.291 | 16% | 76.635 | 9.899.291 | 16% |
| Caixa Participações S.A. | 75.284 | 9.724.824 | 15% | 75.284 | 9.724.824 | 15% |
| Itaú Unibanco S.A. | 77.391 | 9.996.976 | 16% | 77.391 | 9.996.976 | 16% |
| Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda. | 307.623 | 12.724.663 | 20% | 307.623 | 12.724.663 | 20% |
| **Total** | **701.651** | **63.623.313** | **100%** | **701.651** | **63.623.313** | **100%** |

**22. Receitas líquidas de serviços:** A Sociedade gera receita principalmente pela venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção a fraude, compliance e cobrança para seus clientes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos de receita de contratos com clientes eram compostos conforme abaixo:

| **Receita de Contratos com Clientes** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
|---|---|---|
| Receita bruta de serviços (a) | 436.753 | 370.956 |
| Cancelamentos de faturamentos | (16.889) | (5.325) |
| Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ISSQN | (46.478) | (40.450) |
| **Total** | **373.386** | **325.181** |
| **Principais Produtos e Serviços** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
| Soluções de Análise de Risco de Crédito | 288.896 | 250.346 |
| Soluções de Prevenção a Fraude | 71.361 | 61.843 |
| Soluções de Compliance | 2.794 | 2.753 |
| Soluções de Cobrança | 10.335 | 10.239 |
| **Total** | **373.386** | **325.181** |
| **Tempo de Reconhecimento de Receita** | | |
| Produtos e serviços transferidos em momento específico no tempo | 19.467 | 20.502 |
| Produtos e serviços transferidos em momento ao longo do tempo | 353.919 | 304.679 |
| **Total** | **373.386** | **325.181** |

**23. Custos, despesas gerais e administrativas por natureza:** Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas, gerais e administrativas conforme classificado na composição dos resultados dos exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Custo dos serviços prestados | (137.176) | (137.143) |
| Despesas Gerais e administrativas | (60.157) | (46.613) |
| Despesas com pessoal | (115.099) | (109.419) |
| Despesas de depreciação e amortização | (2.052) | (4.706) |
| Despesas com publicidade, marketing e propaganda | (2.372) | (2.629) |
| | **(316.856)** | **(300.510)** |
| **Custos dos Serviços Prestados** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
| Sustentação e suporte a plataforma | (30.241) | (28.977) |
| Base de dados | (14.138) | (11.866) |
| Comunicação | (715) | (773) |
| Atendimento ao cliente | (24.502) | (19.839) |
| Custo com pessoal | (16.485) | (23.592) |
| Depreciação e amortização | (51.095) | (52.096) |
| **Despesas com pessoal e Administrativas** | | |
| Pessoal | (115.099) | (109.419) |
| Publicidade, marketing e propaganda | (2.372) | (2.629) |
| Material consumo, escritório e outros | (1.428) | (2.194) |
| Viagem, locomoção e diárias | (455) | (478) |
| Despesas comerciais | – | (79) |
| **Despesas Gerais** | | |
| Depreciação e amortização | (2.052) | (4.706) |
| Prestação de serviços | (50.509) | (35.932) |
| Impostos e taxas | (7.393) | (7.415) |
| Prediais e ocupações | (372) | (515) |
| | **(316.856)** | **(300.510)** |

**24. Outras Despesas e Receitas Operacionais:** Em 2024 a Sociedade reconheceu em seu resultado despesas e receitas decorrentes da descontinuação do contrato de arrendamento de um dos andares utilizados na sua operação e a baixa dos ativos imobilizados, que resultou em um impacto positivo de R$ 386, complementados por uma despesa de R$ 123 referente a devolução de recebimento indevido de cliente. Adicionalmente, a Sociedade efetuou um levantamento através de um processo administrativo para a recuperação de crédito previdenciário das rubricas consolidadas, que resultou em um montante de R$ 195 reconhecidos no período. A tabela a seguir apresenta os saldos de outras receitas e despesas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Outras Receitas | – | (198) |
| Outras Despesas | – | 241 |
| Outras despesas e receitas operacionais | (3) | (504) |
| **Total** | **(3)** | **(461)** |
| **25. Resultado Financeiro** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
| **Receitas financeiras:** | | |
| Descontos obtidos | 2 | 19 |
| Rendimentos sobre aplicações | 13.180 | 7.866 |
| Variação cambial (a) | 22.786 | 5.894 |
| Ajuste líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos (b) | 1.359 | 7.670 |
| Variação de valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos (c) | 136 | 59.408 |
| Outras Receitas Financeiras | 227 | 61 |
| | **37.690** | **80.919** |
| **Despesas financeiras:** | | |
| Juros sobre notas comerciais e arrendamentos | (75.408) | (47.106) |
| Variação cambial (a) | (8.008) | (37.809) |
| Ajuste líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos (b) | (24.331) | (11.697) |
| Variação de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (c) | (9.424) | (36.593) |
| Atualização monetária e ajuste a valor presente (d) | (9.400) | (13.443) |
| Taxas e outras despesas (e) | (1.978) | (906) |
| | **(128.549)** | **(147.553)** |

(a) Referem-se basicamente à variação cambial ativa e passiva sobre passivo financeiro reconhecido em junho/2020 quando do início das operações com a nossa plataforma tecnológica; (b) Referem-se aos ajustes ativos e passivos das operações com instrumentos financeiros derivativos (*NDF e SWAP*); (c) Referem-se às variações de valor justo de instrumentos financeiros derivativos (*NDF e SWAP*) por marcação a mercado (*MtM - Market to Market*) que sofreram impactos relevantes em decorrência da alta do dólar no período; (d) Referem-se à atualização monetária passiva e o ajuste a valor presente sobre passivo financeiro reconhecido em junho/2020 quando do início das operações com a nossa plataforma tecnológica; (e) Refere-se a comissões e corretagens, despesas de IOF, e PIS e COFINS sobre outras receitas. **26. Benefícios a funcionários: Previdência Complementar:** A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de outubro de 2017. O plano de aposentadoria é o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida), sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo das reservas, tendo incorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em despesas de contribuições no montante de R$ 1.264 e R$ 1.541, respectivamente, contabilizadas na rubrica "Despesa e Custo com pessoal". **Outros benefícios:** Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: assistência médica e odontológica, seguro de vida e vales refeição/alimentação/combustível, cujo montante dessas despesas, totalizou R$ 11.503 e R$ 11.297 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente, contabilizadas na rubrica "Despesa e Custo com pessoal". **27. Cobertura de seguros:** A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade possuía apólices de seguro conforme descrito abaixo: (a) Seguro Patrimonial referente ao ativo imobilizado, imóvel sede com indenização máxima prevista de R$ 20.000 (R$20.000 em 2024); (b) Seguros dos Data Centers localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro com indenizações máximas previstas de R$ 24.000 e R$ 18.000 (R$ 24.000 e R$ 18.000 em 2024), respectivamente; (c) Direitos & Obrigações - Responsabilidade civil dos diretores com indenização máxima de R$ 30.000 (R$ 30.000 em 2024); (d) Seguro garantia relacionados a contratos com clientes com indenização máxima de R$ 18.333 (R$ 18.000 em 2024); (e) Seguro fiança com indenização máxima de R$ 3.000 (R$ 3.000 em 2024). **28. Outros assuntos: Gerenciamento de riscos:** A Sociedade possui um modelo de gestão de risco ERM (*Enterprise Risk Management*) com avaliação, detalhamento e classificação do seu universo de riscos, levando em consideração o nível de impacto (baixo, médio ou alto) e o nível de probabilidade (improvável, dificilmente, ocasionalmente, possivelmente, definitivamente) do risco, chegando assim a uma matriz de risco da Sociedade. Para cada risco identificado, são mapeados o impacto (financeiro, operacional ou de imagem) e o nível de monitoramento, considerando a existência de controles e de planos de ação e/ou mitigação. A partir desse mapeamento de risco é feito um acompanhamento mais detalhado dos riscos altos e dos riscos médios parcialmente monitorados ou não monitorados (aqueles com controles e planos de ação em desenvolvimento mas não finalizados). Os riscos são ainda classificados de acordo com o grupo de aplicabilidade (Finanças, TI, Pessoas, Estratégia, Comercial, Dados, etc.) e com a sua natureza de origem (Financeiro, Estratégico, Operacional, de Imagem, Tecnológico). Dessa maneira, o modelo de acompanhamento de riscos é gerenciado continuamente pela Sociedade, e revisado com o Comitê de Controle e Riscos do Conselho de Administração bimestralmente. Com relação a aplicações financeiras, a Sociedade implantou Política de Aplicações Financeiras estabelecendo as diretrizes para gestão conservadora do risco de crédito e liquidez do seu portfólio de aplicações, incluindo a definição de limites por contraparte e de carência máxima permitida. Seguindo as definições dessa Política, a Sociedade utiliza instrumentos de baixo risco, como títulos de renda fixa com liquidez imediata, tendo como contraparte bancos de primeira linha. A tabela a seguir apresenta os vencimentos contratuais e valor futuro de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Os valores são brutos e não descontados, e incluem valores de juros contratuais incorridos até a data de encerramento do exercício. Para os saldos em dólar a Sociedade utilizou o dólar cupom limpo de R$ 5,4915 e a taxa DI de 14,33% a.a., vigentes em 31 de dezembro de 2025 (em 2024, dólar cupom limpo de R$ 6,1544 e a taxa DI 12,15% a.a.).

| **31 de dezembro de 2025** | | Fluxos de Caixa Futuro | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros** | **Valor Contábil** | **Total** | **Até 1 ano** | **1 - 2 Anos** | **2 - 5 anos** |
| Instrumentos financeiros derivativos | 39.359 | 39.339 | 19.716 | 19.623 | – |
| Passivos financeiros de fornecedores | 220.693 | 242.887 | 124.672 | 118.216 | – |
| Notas comerciais | 542.017 | 700.460 | 152.095 | 227.341 | 321.024 |
| **Total** | **802.069** | **982.686** | **296.483** | **365.180** | **321.024** |

| **31 De dezembro de 2024** | | Fluxos de Caixa Futuro | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Passivos financeiros** | **Valor Contábil** | **Total** | **Até 1 ano** | **1 - 2 Anos** | **2 - 5 anos** |
| Instrumentos financeiros derivativos | 32.180 | 35.002 | 11.132 | 11.637 | 12.233 |
| Empréstimos bancários | 68.803 | 76.166 | 76.166 | – | – |
| Passivos financeiros de fornecedores | 340.238 | 345.419 | 107.951 | 122.300 | 115.168 |
| Notas comerciais | 370.431 | 486.225 | – | 265.924 | 220.302 |
| **Total** | **811.652** | **942.812** | **195.249** | **399.861** | **347.703** |

**Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos financeiros com risco cambial:** Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do dólar frente ao real ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros derivativos e pagamentos a fornecedores atrelados à variação cambial e, consequentemente, afetado o resultado antes dos impostos pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes.

| **Resultado do Exercício** | **Valorização** | **Desvalorização** |
|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2025** | | |
| Variação de 10% (BRL/USD) | 19.364 | (19.364) |
| **31 de dezembro de 2024** | | |
| Variação de 10% (BRL/USD) | 12.926 | (12.926) |

**Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixadas:** Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros DI, ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, teria aumentado e reduzido o resultado do exercício pelos montantes demonstrados na tabela abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

| **Resultado do Exercício** | **100 pb Aumento** | **100 pb Diminuição** |
|---|---|---|
| **31 de dezembro de 2025** | | |
| Aplicações Financeiras | 1.084 | (1.084) |
| Ponta Passiva *Swap* | 87 | (87) |
| Notas Comerciais | 5.242 | (5.199) |
| **Total** | **6.413** | **(6.370)** |
| **31 de dezembro de 2024** | | |
| Aplicações Financeiras | 868 | (868) |
| Ponta Passiva *Swap* | 99 | (100) |
| Notas Comerciais | 3.495 | (3.097) |
| **Total** | **4.462** | **(4.065)** |

**29. Eventos subsequentes:** Após o encerramento do exercício social em 31 de dezembro de 2025 e até a data de aprovação destas demonstrações financeiras (27 de fevereiro de 2026), a Sociedade avaliou a existência de eventos subsequentes que pudessem requerer ajuste ou divulgação adicional. Com base nessa avaliação, não foram identificados eventos subsequentes que exigissem ajustes nos saldos ou divulgação complementar nestas demonstrações financeiras.

**A Diretoria**

**Contador**

**Luciano Evangelista Pereira -** CRC 1SP 223.121/O-6

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da **Gestora de Inteligência de Crédito S.A. Barueri - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Sociedade" ou "QUOD"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base

# ROZAC Comércio Importação e Exportação de Produtos Têxteis S.A.

CNPJ: nº 05.629.653/0001-58

**Relatório da Administração - Encerrado em 31/12/2025 e 2024**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2025. (Valores em Milhares de Reais). **A Diretoria.**

| Balanço Patrimonial - Ativo | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 30.518 | 5.336 |
| Contas a Receber | 140.884 | 148.220 |
| Outras Contas a Receber | 18.514 | 99.453 |
| Impostos a Recuperar | 17.219 | 20.458 |
| Estoques | 57.218 | 116.580 |
| Despesas Antecipadas | 626 | 1.252 |
| Bens Mantidos para Venda | 233 | 5.385 |
| **Total Ativo Circulante** | **265.212** | **396.684** |
| **Não Circulante** | | |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 210 | 2.337 |
| Imobilizado | 19.966 | 9.858 |
| Intangivel | 24.141 | 25.958 |
| Depreciação Acumulada | (5.193) | (3.711) |
| Amortização Acumulada | (8.686) | (5.168) |
| **Total Ativo Não Circulante** | **30.438** | **29.274** |
| **Total Ativos** | **295.650** | **425.958** |

| Balanço Patrimonial - Passivo | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Circulante** | | |
| Obrigações de Curto Prazo / Fornecdores | 106.402 | 230.567 |
| Obrigações Tributárias a Recolher | 489 | 652 |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | 411 | 398 |
| Provisões Trabalhistas | 449 | 339 |
| Direito de Uso | 3.515 | 3.810 |
| Adiantamento de Clientes | 4.303 | 24.700 |
| Outras Contas a Pagar | 54 | 192 |
| **Total Passivo Circulante** | **115.623** | **260.658** |
| **Passivo Não Circulante** | | |
| Direito de uso | 11.391 | 16.505 |
| Obrigações Fiscais | 211 | 2.337 |
| **Total Passivo Não Circulante** | **11.602** | **18.842** |
| **Patrimônio Líquido** | | |
| Capital Social | 27.000 | 27.000 |
| Reservas | 141.425 | 119.770 |
| Prejuízos Acumulados | - | (312) |
| **Total Patrimônio Líquido** | **168.425** | **146.458** |
| **Total Passivo e Patrimonio Líquido** | **295.650** | **425.958** |

**Demonstração do Resultado Abrangente**

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Lucro Líquido do Exercício | 34.727 | 26.108 |
| **Resultado Abrangente do Período** | **34.727** | **26.108** |

**Notas Explicativa para às Demonstrações Contábeis**

O balanço patrimonial e as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os princípios contábeis aceitos, praticados e exigidos pela Lei 6.404/1976 e Decreto Lei 1.598/1977, Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009, e Lei 13.818/2019.

**Diretor Financeiro: José Antonio Tezotto Toaliari**
**Contador: Stefan Custodio** - CRC.: 1SP234738/O-4

**Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31/12/2025**

| Fluxo de Caixa Proveniente das Operações | 01/01/25 a 31/12/25 | 01/01/24 a 31/12/24 |
|---|---|---|
| **Lucro do Exercício antes do IR e CSLL** | **42.189** | **29.067** |
| **Itens que não afetam o caixa** | | |
| (+) Depreciação | 1.482 | 947 |
| (+) Amortização | 3.518 | 17 |
| Provisão de Perda | 881 | 761 |
| Provisão de Contingência | - | (20) |
| **Totais de Itens que não afetam o caixa** | **5.881** | **1.705** |
| **Atividades Operacionais** | | |
| **Variações no Ativo Circulante e Não Circulante** | | |
| Cheques em Custodia e Devolvidos | 7.748 | (2.267) |
| Bancos contas vinculadas | (775) | (1.909) |
| Títulos e créditos a receber | (518) | (32.822) |
| Estoque | 59.361 | (20.511) |
| Adiantamentos | 80.939 | (60.052) |
| Impostos e encargos a recuperar | (4.224) | (9.698) |
| Despesas antecipadas | 626 | (225) |
| Bens Mantidos para Venda | 5.152 | (4.955) |
| Depósitos Judiciais | 2.127 | (301) |
| **Totais das Variações no Ativo Circulante e Não Circulante** | **150.436** | **(132.740)** |
| **Variações no Passivo Circulante e Passivo Não Circulante** | | |
| Fornecedores | (124.166) | 113.669 |
| Salários e encargos sociais | 125 | 122 |
| Impostos a Recolher | 7.299 | 70 |
| Contas a Pagar | (138) | (6.998) |
| Adiantamento de Clientes | (20.396) | 3.862 |
| Direito de uso | (5.409) | 19.022 |
| Obrigações Fiscais | (2.127) | 312 |
| **Total Variações Passivo Circulante e Passivo Não Circulante** | **(144.812)** | **130.059** |
| **Imposto de Renda e contribuição Social** | **(7.462)** | **(2.959)** |
| **Total das Atividades Operacionais** | **46.232** | **25.132** |
| **Atividades de Investimentos** | | |
| Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível | (35.763) | (23.494) |
| Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível | 27.472 | 6.605 |
| **Total aplicado nas (gerado pelas) das Atividades de Investimentos** | **(8.291)** | **(16.889)** |
| **Atividades de Financiamentos** | | |
| Empréstimos e Financiamentos | - | (2.071) |
| Antecipação de dividendos | (12.760) | (5.539) |
| **Total aplicado nas Atividades de Financiamentos** | **(12.760)** | **(7.610)** |
| **Total dos Efeitos de Caixa e equivalentes de caixa** | **25.181** | **633** |
| Saldo Final de caixa e aplicações financeiras | 5.336 | 4.703 |
| Saldo Inicial de caixa e aplicações financeiras | 30.518 | 5.336 |
| **Variação no Caixa e equivalentes de caixa** | **25.182** | **633** |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | Capital Social | Reserva de Lucro | Reserva Incentivos Fiscais | Lucros/Prejuizos Acumulados | Reservas Legais | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 01 de janeiro de 2024** | **27.000** | **-** | **101.485** | **(3.818)** | **1.222** | **125.889** |
| Lucro Exercício | - | 26.108 | - | - | - | 26.108 |
| Reversão das Reservas Legais | - | (3.818) | - | 3.818 | - | - |
| Constituição Reserva Legal | - | (1.305) | - | - | 1.305 | - |
| Constituição Reserva de Incentivos Fiscais | - | (18.285) | 18.285 | - | - | - |
| Absorção de Prejuízos | - | 2.527 | - | - | (2.527) | - |
| Distribuição Dividendos | - | (5.539) | - | - | - | (5.539) |
| Reversão de Reservas de Lucro | - | 312 | - | (312) | - | - |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2024** | **27.000** | **-** | **119.770** | **(312)** | **-** | **146.458** |
| Lucro Exercício | - | 34.727 | - | - | - | 34.727 |
| Reversão das Reservas Legais | - | - | - | 141 | (141) | - |
| Constituição Reserva Legal | - | (1.737) | - | - | 1.737 | - |
| Constituição Reserva de Incentivos Fiscais | - | (20.059) | 20.059 | - | - | - |
| Absorção de Prejuízos | - | (312) | - | 312 | - | - |
| Distribuição Dividendos | - | (12.760) | - | - | - | (12.760) |
| Reversão de Reservas de Lucro | - | 141 | - | (141) | - | - |
| **Saldo em 31 de Dezembro de 2025** | **27.000** | **-** | **139.829** | **-** | **1.596** | **168.425** |

| Demonstração do Resultado | 01/01/25 a 31/12/25 | 01/01/24 a 31/12/24 |
|---|---|---|
| Receita Bruta de Vendas | 613.721 | 570.480 |
| (-) Deduções da Receita Bruta | (97.815) | (91.091) |
| **(=) Receitas Líquidas de Vendas** | **515.906** | **479.389** |
| (-) CPV/CMV/CSP | (420.020) | (376.909) |
| **(=) Resultado Operacional Bruto (Margem Bruta)** | **95.886** | **102.480** |
| **Despesas Operacionais** | **(78.094)** | **(74.239)** |
| Remuneração a Dirigentes | (44) | (41) |
| Despesas com Pessoal | (10.094) | (9.406) |
| Despesas com Representantes e Vendedores | (15.250) | (14.790) |
| Despesas com Terceiros | (9.103) | (9.890) |
| Despesas com Vendas | (449) | (391) |
| Despesas Gerais | (38.836) | (35.617) |
| Impostos e Taxas | (2.950) | (2.934) |
| Despesas Indedutíveis | (1.368) | (1.170) |
| **Resultado Financeiro** | **22.855** | **(4.342)** |
| Receitas Financeiras | 36.426 | 28.023 |
| Receitas de Benefícios Fiscais | 20.059 | 17.648 |
| Receitas Diversas | 204 | 2.468 |
| (-) Despesas Financeiras | (33.834) | (52.481) |
| Outros Ganhos e Perdas | 2.117 | 4.983 |
| Outros Resultados | (575) | 185 |
| **= Resultado Operacional Antes IRPJ/CSLL** | **42.189** | **29.067** |
| IRPJ/CSLL | (7.462) | (2.959) |
| **Lucro/Prejuízo Líquido do Exercicio** | **34.727** | **26.108** |
| **Lucro por Ações** | **43,41** | **32,63** |

impacta

# IMPACTA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF 61.194.494/0001-87

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024** *(Valores expressos em milhares de reais)*

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

| Ativo | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 11.554 | 14.710 |
| Aplicações financeiras | 48.950 | – |
| Contas a receber de clientes | 27.592 | 35.477 |
| Estoques | 36.999 | 37.747 |
| Impostos a recuperar | 3.096 | 9.401 |
| Instrumentos financeiros derivativos | – | 3.953 |
| Outros ativos | 1.101 | 2.088 |
| **Total do ativo circulante** | **129.292** | **103.376** |
| **Ativo não circulante** | | |
| Impostos a recuperar | 3.225 | 2.921 |
| Depósitos judiciais | 1.458 | 970 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 20.632 | 12.098 |
| Outros ativos | 161 | 165 |
| Imobilizado | 134.663 | 139.187 |
| **Total do ativo não circulante** | **160.139** | **155.341** |
| **Total do ativo** | **289.431** | **258.717** |
| **Passivo e patrimônio líquido** | **2025** | **2024** |
| **Passivo circulante** | | |
| Fornecedores | 30.684 | 29.144 |
| Fornecedores risco sacado | 857 | 13.283 |
| Empréstimos e financiamentos | 64.004 | 52.361 |
| Obrigações fiscais | 2.024 | 3.051 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 10.612 | 11.963 |
| Dividendos propostos e juros sobre capital próprio | 5.240 | 5.240 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2.577 | – |
| Outras contas a pagar | 2.087 | 4.954 |
| **Total do passivo circulante** | **118.085** | **119.996** |
| **Passivo não circulante** | | |
| Empréstimos e financiamentos | 52.034 | 29.397 |
| Provisão para riscos | 4.406 | 3.606 |
| **Total do passivo não circulante** | **78.148** | **33.003** |
| **Patrimônio líquido** | | |
| Capital social | 64.345 | 64.345 |
| Reservas de lucros | 28.853 | 41.373 |
| **Total do patrimônio líquido** | **93.198** | **105.718** |
| **Total do passivo e do patrimônio social** | **289.431** | **258.717** |

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| Receita operacional líquida | 339.619 | 344.364 |
| Custo dos produtos vendidos | (310.737) | (317.256) |
| **Lucro bruto** | **28.882** | **27.108** |
| **Receitas (despesas) operacionais** | | |
| Despesas com vendas | (3.113) | (2.283) |
| Despesas administrativas e gerais | (31.608) | (25.970) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 8.182 | 3.113 |
| **Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro** | **2.343** | **1.968** |
| **Resultado financeiro** | | |
| Receitas financeiras | 4.294 | 2.430 |
| Despesas financeiras | (21.658) | (12.453) |
| Variação cambial líquida | (6.033) | (627) |
| **Total do resultado financeiro** | **(23.397)** | **(10.650)** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | | |
| Correntes | – | – |
| Diferidos | 8.534 | 2.888 |
| **Prejuízo do exercício** | **(12.520)** | **(5.794)** |
| **Prejuízo básico e diluído por ação em R$** | **(9,65)** | **(4,46)** |

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

| | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | **(12.520)** | **(5.794)** |
| Outros resultados abrangentes | – | – |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(12.520)** | **(5.794)** |

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 2025 | 2024 |
|---|---|---|
| **Prejuízo do exercício** | **(12.520)** | **(5.794)** |
| **Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais** | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (8.534) | (2.888) |
| Resultado na baixa do ativo imobilizado | (3.198) | 1 |
| Depreciação | 21.292 | 25.486 |
| Juros e variações cambiais/monetárias | 18.711 | 11.226 |
| Provisão para riscos | 1.602 | 2.025 |
| Provisão para perdas nos estoques | 1.430 | (612) |
| Provisão para perdas esperadas para créditos de liquidações duvidosas | – | (5) |
| **Variação nos ativos e passivos operacionais** | | |
| Contas a receber de clientes | 7.885 | 5.858 |
| Estoques | (682) | (4.728) |
| Impostos a recuperar | 6.001 | (5.421) |
| Depósitos judiciais | (488) | (191) |
| Outros ativos | 991 | (296) |
| Fornecedores | 1.483 | (5.100) |
| Obrigações fiscais | (1.027) | (114) |
| Obrigações sociais e trabalhistas | (1.351) | 507 |
| Provisão para riscos | (802) | (107) |
| Outras contas a pagar | (2.867) | (1.835) |
| **Caixa líquido gerado pelas operações** | **27.926** | **18.012** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | – | – |
| Juros pagos | (14.826) | (6.759) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **13.100** | **11.253** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisição de imobilizado | (17.455) | (24.323) |
| Caixa recebido na venda de imobilizado | 3.885 | – |
| Aplicações financeiras | (48.950) | 1.013 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento** | **(62.520)** | **(23.310)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 86.000 | 51.724 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal | (47.927) | (34.550) |
| Captações de fornecedores risco sacado | 3.488 | 33.713 |
| Pagamento de fornecedores risco sacado - Principal | (15.297) | (36.537) |
| Captação de mútuos com partes relacionadas | 20.000 | – |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | **46.264** | **14.349** |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **(3.156)** | **2.292** |
| **Demonstração das variações do caixa e equivalentes de caixa** | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 14.710 | 12.418 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 11.554 | 14.710 |
| **Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** | **(3.156)** | **2.292** |

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| | Capital social | Reservas de lucros: Reserva legal | Reservas de lucros: Retenção de lucros | Reservas de lucros: Total reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de dezembro de 2023** | **64.345** | **–** | **47.167** | **47.167** | **–** | **111.512** |
| Distribuição de dividendos | – | – | – | – | – | – |
| Prejuízo do exercício | – | – | – | – | (5.794) | **(5.794)** |
| Transferências | – | – | (5.794) | (5.794) | 5.794 | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2024** | **64.345** | **–** | **41.373** | **41.373** | **–** | **105.718** |
| Prejuízo do exercício | – | – | – | – | (12.520) | **(12.520)** |
| Transferências | – | – | (12.520) | (12.520) | 12.520 | – |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2025** | **64.345** | **–** | **28.853** | **28.853** | **–** | **93.198** |

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1. Contexto operacional:** A Impacta S.A. Indústria e Comércio ("Companhia" ou "Impacta"), localizada no município de Cajamar/SP, foi constituída em 1949 tendo como principal objeto a manufatura e comercialização de tubos e bisnagas de alumínio e plástico. Os produtos possuem aplicação em diversos segmentos, incluindo o segmento farmacêutico e cosmético, e são comercializados nos mercados interno e externo. **1.1. Situação econômico-financeira:** Em 2025, a Companhia realizou uma captação de recursos no montante de R$ 50.000, iniciativa voltada à reestruturação e alongamento do perfil de suas dívidas, bem como ao fortalecimento da posição de caixa. Essa operação proporcionou maior flexibilidade financeira, possibilitando à Companhia otimizar o cronograma de pagamentos e reduzir pressões de curto prazo sobre o capital de giro. Como reflexo direto dessa medida, a relação entre ativos circulantes e passivos circulantes apresentou evolução relevante, encerrando positiva em 31 de dezembro de 2025. Esse resultado evidencia a recuperação da liquidez imediata da Companhia de honrar seus compromissos de curto prazo, contribuindo para uma estrutura financeira mais equilibrada e sustentável. Adicionalmente, os acionistas da Companhia não possuem intenção de paralisar suas atividades, e por isso, se comprometem na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário, por meios de aportes que garantam o fluxo de caixa da Companhia. **1.2. Aprovação dessas demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2026 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária. **2. Apresentação das demonstrações contábeis, práticas contábeis materiais adotadas e outras informações elucidativas: • Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão. **• Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **a) Aplicação de julgamentos, estimativas, premissas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações contábeis:** O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: • Vida útil remanescente do ativo imobilizado; • Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; • Constituição de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis; • Análise de realização de imposto de renda, contribuição social diferidos e outros impostos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. **b) Instrumentos financeiros: ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. **i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho, são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado: "caixa e equivalentes de caixa, conta corrente no exterior, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos". O valor justo é determinado conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. **ii) Ativos financeiros:** São recebíveis com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos financeiros abrangem contas a receber de clientes. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demostradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até o fim de cada exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **iii) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são de curto prazo e reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **iv) Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Após o reconhecimento inicial, os outros passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros nesta classificação: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. **v) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro-rata temporis*"). A Companhia possuí junto a um de seus fornecedores a operação de risco sacado, no qual o fornecedor possuí a opção de ceder títulos a receber da Companhia junto a instituições financeiras, onde é efetuado um recebimento antecipado ao fornecedor por parte da instituição financeira sendo descontado os títulos a uma taxa de desconto previamente acordados entre banco e o fornecedor. Cabe ressaltar, que a taxa de desconto não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a mesma composição de preço praticados previamente a operação de risco sacado. A transação de risco sacado concede a Companhia uma postergação de prazo aos pagamentos dos títulos que foram previamente negociados na operação, onde os pagamentos serão efetuados diretamente a instituição financeira portadora da negociação, e não mais ao fornecedor. A Companhia também mantém transações de antecipação por parte dos fornecedores de títulos ou notas fiscais a receber de seus clientes, onde a fonte financiadora antecipa o valor a pagar para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente do cliente na data de vencimento, esse procedimento é denominado de "risco sacado". Contabilmente, quando ocorre o *confirming* os títulos são baixados da conta de "Fornecedores" e são registrados em "Fornecedores risco sacado", no pagamento é baixada a provisão contra a conta bancos devido a saída do dinheiro em caixa. **• Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que são ativos que necessariamente levam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de desses ativos até a data em que os ativos estão substancialmente prontos para o seu uso ou venda pretendida. A receita financeira auferida na aplicação temporária de empréstimos específicos ainda não utilizados com os ativos qualificáveis é deduzida dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado no período em que são incorridos. **vi) Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** São os passivos financeiros que sejam: **(i)** mantidos para negociação no curto prazo; **(ii)** designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou **(iii)** derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros. Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado. O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "*Swaps*" de taxa de juros e de moedas. A Nota Explicativa nº 24 inclui as divulgações sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. **d) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos ou passivos, verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e nos encerramentos dos períodos, são reconhecidos como variação cambial ativa ou passiva no resultado. **e) Imobilizado:** É apresentado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear, a taxas que levam em consideração a vida útil remanescente estimada dos bens, de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **• Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "*impairment*"):** A administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor. **f) Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas quando satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando o cliente obtiver o controle desse ativo. **g) Contas a receber de clientes e perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e ajustadas a valor presente, quando aplicável e relevante. Quando julgado necessário pela administração e seguindo os conceitos do pronunciamento técnico CPC 48, são registradas as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber e em montante considerado suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas na sua realização. **h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **i) Estoques:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor líquido realizável. **i) Matérias-primas**: custo de aquisição, seguindo o custo médio; **ii) Produtos acabados e em elaboração:** custo dos materiais diretos, mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração da Companhia. **j) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a administração da Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza. A provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 ao ano e a contribuição social sobre o lucro líquido pela alíquota de 9% sobre a base tributável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias, inclusive aquelas decorrentes das mudanças das práticas contábeis. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos, contabilmente, com base na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para uso quando do efetivo pagamento e/ou realização das referidas adições, momento em que estas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. **m) Patrimônio líquido:** Ao final de cada exercício social, após a apuração do resultado, é verificado os saldos das contas de reservas de lucro, se o montante registrado nas contas de reservas de lucros excederem os montantes registrados nas contas de capital social, o valor excedente deverá ser distribuído ou capitalizado conforme aprovação do Conselho de administração. **2.1. Procedimentos novos e ainda não adotados:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. - Alterações ao CPC 02 (R2); - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1); - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; - Alterações ao CPC 18 (R3); - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e se aplicável. - IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; - IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros; - Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 1; e - Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada*Quinta-feira, 5 de março de 2026

## Produtos Alimentícios Arapongas S.A. - Prodasa - Em Recuperação Judicial

C.N.P.J. 75.404.814/0001-90 - Rua Dona Santa Veloso, nº 510, Vila Guilherme, São Paulo - SP

### Demonstrações Contábeis

**Relatório da Diretoria:** Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submete-mos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2025. São Paulo, 18 de fevereiro de 2026.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

| ATIVO | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **39.138.931,56** | **32.736.974,26** |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.032.552,93 | 751.182,88 |
| Créditos de Clientes | 20.110.946,49 | 15.118.728,36 |
| Outros Créditos | 12.517.222,37 | 12.285.952,56 |
| Estoques | 4.415.995,64 | 4.544.883,54 |
| Despesas Antecipadas | 62.214,13 | 36.226,92 |
| **Não Circulante** | **78.402.013,48** | **78.314.593,05** |
| **Realizável a Longo Prazo** | 14.315.188,94 | 14.271.440,02 |
| **Investimentos** | 1.447.626,34 | 1.447.626,34 |
| **Imobilizado** | 62.581.747,24 | 62.538.075,73 |
| **Intangível** | 57.450,96 | 57.450,96 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **117.540.945,04** | **111.051.567,31** |

| PASSIVO | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| **Circulante** | **90.248.676,37** | **68.136.546,49** |
| Fornecedores | 24.713.725,05 | 11.074.096,82 |
| Empréstimos e Financiamentos Bancários | 10.495.268,86 | 7.723.139,81 |
| Obrigações Trabalhistas | 40.916.848,87 | 37.193.184,62 |
| Obrigações Tributárias | 9.876.540,14 | 8.174.765,12 |
| Contas a Pagar | 4.246.293,45 | 3.971.360,12 |
| **Não Circulante** | **109.336.562,58** | **106.196.787,85** |
| Empréstimos e Financiamentos Bancários | 25.996.862,65 | 26.000.455,75 |
| Obrigações Tributárias | | |
| Parcelamentos de Tributos e Contribuições | 22.684.742,42 | 22.684.742,42 |
| Empréstimos de Pessoas Ligadas | 40.564.522,71 | 37.421.154,88 |
| Obrigações Trabalhistas | 20.090.434,80 | 20.090.434,80 |
| **Patrimônio Líquido** | **(82.044.293,91)** | **(63.281.767,03)** |
| Capital Social | 14.300.000,00 | 14.300.000,00 |
| Reservas de Lucros | | |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 44.803.933,96 | 44.803.933,96 |
| (-) Prejuízos Acumulados | (141.148.227,87) | (122.385.700,99) |
| **TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **117.540.945,04** | **111.051.567,31** |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

| DESCRIÇÃO DAS CONTAS | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Receita Líquida | 43.219.065,41 | 43.392.830,17 |
| (-) Cpv, Cmv | (43.036.262,65) | (35.442.431,17) |
| (=) Lucro Bruto | 182.802,76 | 7.950.399,00 |
| (-) Despesas Operacionais | (16.409.997,73) | (15.729.524,06) |
| Despesas com Vendas | (10.037.793,47) | (8.287.690,78) |
| Despesas Administrativas | (3.126.975,39) | (3.224.449,41) |
| Despesas Gerais | (3.425.268,83) | (4.695.678,50) |
| Outras Receitas Operacionais | 180.039,96 | 478.294,63 |
| (=) Resultado antes do Resultado Financeiro | (16.227.194,97) | (7.779.125,06) |
| (-) Resultado Financeiro | (4.576.040,77) | (5.000.431,87) |
| Receitas Financeiras | 101.745,32 | 66.955,43 |
| Despesas Financeiras | (4.474.295,45) | (4.933.476,44) |
| (+) Outras Receitas | 34.000,00 | 2.455.683,98 |
| (=) Resultado antes do IRPJ e CSLL | (20.565.745,10) | (10.189.962,09) |
| Contribuição Social | | |
| Imposto de Renda | | |
| (=) Resultado Líquido do Período | (20.565.745,10) | (10.189.962,09) |
| Prejuízo por Ação | (1,4382) | (0,7126) |

**DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Saldo Inicial de Prejuízos Acumulados | (122.385.700,99) | (110.530.629,51) |
| Resultado Líquido do Exercício | (20.565.745,10) | (10.189.962,09) |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 1.803.218,22 | (1.665.109,39) |
| Saldo Final de Prejuízos Acumulados | (141.148.227,87) | (122.385.700,99) |

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO**

| Fluxos de caixa das atividades operacionais | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Lucro líquido antes do IR e CSLL | (20.565.745,10) | (10.189.962,09) |
| **Ajustes por:** | | |
| Depreciação | | |
| Ganho na alienação do Imobilizado | (34.000,00) | (2.455.683,98) |
| Aumento na conta a receber de clientes | (4.992.218,13) | (2.521.167,10) |
| Aumento em outros créditos | (231.269,81) | (171.028,39) |
| Diminuição nos estoques | 128.887,90 | 1.240.505,16 |
| Aumento nas despesas antecipadas | (25.987,21) | 7.863,03 |
| Aumento no realizável a longo prazo | (43.748,92) | (687.858,99) |
| Aumento na conta fornecedores | 13.639.628,23 | (810.896,36) |
| Aumento de obrigações trabalhistas | 3.723.664,25 | 5.156.077,09 |
| Aumento em obrigações tributárias | 1.701.775,02 | 1.150.618,99 |
| Diminuição nas contas a pagar | 274.933,33 | (2.982.086,47) |
| Diminuição de credores em recuperação judicial | | |
| Aumento em Parcelamentos de Tributos e Contribuições | – | 120.570,96 |
| Diminuição na conta títulos pagar | | |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | – | – |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | **(6.424.080,44)** | **(12.143.048,15)** |
| **Fluxos de caixa das atividades de investimento** | | |
| Recebimento pela venda de equipamento | 34.000,00 | 3.665.137,95 |
| Aumento em Investimento | – | – |
| Aumento do ativo imobilizado | (43.671,51) | – |
| **Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento** | **(9.671,51)** | **3.665.137,95** |
| **Fluxos de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Integralização de Capital | | |
| Aumento de empréstimos a curto prazo | 2.772.129,05 | (21.454.821,20) |
| Diminuição de empréstimos a longo prazo | (3.593,10) | 24.635.473,07 |
| Aumento de empréstimos de pessoas ligadas | 3.143.367,83 | 7.137.624,17 |
| Dividendos pagos | | |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | 1.803.218,22 | (1.665.109,39) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento** | **7.715.122,00** | **8.653.166,65** |
| **Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa** | **1.281.370,05** | **175.256,45** |
| **Caixa e equivalentes de caixa no início do período** | 751.182,88 | 575.926,43 |
| **Caixa e equivalentes de caixa no fim do período** | 2.032.552,93 | 751.182,88 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Exercícios Findos em 31/12/2025 e 31/12/2024**

**NOTA 1 - Contexto Operacional:** PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ARAPONGAS S.A. – PRODASA em Recuperação Judicial, pessoa jurídica de direito privado como Sociedade Anônima Fechada, cadastrada no CNPJ 75.404.814/0001-90, com sede na Rua Dona Santa Veloso, nº 510, Vila Guilherme, em São Paulo, Capital, tributada pelo Lucro Real, tem como principais operações a fabricação de biscoitos e bolachas, doces, balas e massas alimentícias, comércio atacadista de produtos alimentícios. **NOTA 2 - Política Contábil e Demonstrações:** As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (comparativas) estão sendo apresentadas em Reais (R$). A empresa declara expressamente que a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 10.406/2002 e demais legislações e normas contábeis aplicáveis. **NOTA 3 - Regime Contábil Aplicado:** A escrituração contábil foi realizada com base no parágrafo 4º do art. 176 da Lei nº 6.404/1976 (Leia das S/A), e nas disposições contidas na ITG 2000 – Escrituração Contábil. O Resultado do exercício foi apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser incluídas na apuração do resultado dos períodos em que ocorrerem, de forma simultânea quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. **NOTA 4 - Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **NOTA 5 - Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, atualizado monetariamente até 31.12.95. **NOTA 6 - Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 6.1 Reconhecimento das Receitas de Vendas: A receita de venda de produtos e mercadorias compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento das contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança. **NOTA 7 - Empréstimos e Financiamentos:** São atualizados pelas variações monetárias incorridas até a data do Balanço e os juros respectivos transcorridos estão provisionados. As Variações monetárias e os juros são apropriados em despesas financeiras. **NOTA 8 - Capital Social:** O capital social não foi alterado, permanecendo o valor de R$: 14.300.000,00, representado por 14.300.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$1,00 cada uma. **NOTA 9 - Receita Bruta Das Vendas:** A receita líquida de vendas para o exercícios de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

| RECEITA BRUTA DAS VENDAS | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Receita de Vendas | 66.991.940,62 | 59.588.444,44 |
| DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA | | |
| (-)Impostos Incidentes sobre Vendas | (9.397.466,90) | (7.210.013,65) |
| (-)Devoluções de Vendas | (11.046.818,55) | (5.724.240,55) |
| (-)Descontos e Abatimentos | (3.328.589,76) | (3.261.360,07) |
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS | 43.219.065,41 | 43.392.830,17 |

**Diretoria**

Marcelo Alcantara Fernandes - Diretor-Presidente

Luiz Sérgio Rufato - Diretor Contábil e Tributário

Maria de Fátima Fernandes Cassitas - Diretora de Recursos Humanos

**Contabilidade**

Luiz Sérgio Rufato – Contador CRC 1PR014603/0-2-S-SP

## MOINHO PROGRESSO S.A.

CNPJ: 60.866.688/0001-19

**Relatório da Diretoria**

Em atendimento as determinações legais e estatutárias, apresentamos-lhes o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Considerações: As obras de manutenção e recuperação seguem andamento previsto; o processo de regularização junto a Prefeitura (anistia), ainda aguarda a finalização. Os cortes nos custos e despesas atenderam os objetivos fixados, mantendo-se a mesma política de gestão para o exercício de 2026; a falta de política fiscal responsável pelo governo federal ainda se mantém, a alta dos custos e serviços e a nova regra tributária somada a inflação real, exigem atenção para os próximos anos. Os reajustes de IPTU dos imóveis foram de 10% na média para o ano de 2026, muito acima da inflação de 4.26% registrada em 2025. O lucro obtido no exercício fiscal restou positivo (informações complementares nas notas explicativas apesar dos encargos gerados por litigio judicial referente a IPTU cobrado indevidamente pela Prefeitura, ainda assim o lucro foi menor que o exercício de 2024. Ficamos à disposição de V. s. as., para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessário. São Paulo 04 de março de 2026.

**Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024** (Em milhares de reais - R$)

| Ativos | Nota explicativa | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| **Circulantes** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 1.249 | 1.412 |
| Outros créditos | 4 | 166 | 168 |
| Total dos ativos circulantes | | 1.415 | 1.580 |
| **Não Circulantes** | | | |
| Outros créditos | 4 | 634 | 61 |
| Propriedades para investimento | 5 | 149.394 | 149.394 |
| Imobilizado | 6 | 5.484 | 5.489 |
| Total dos ativos não circulantes | | 155.512 | 154.944 |
| **Total dos Ativos** | | **156.927** | **156.524** |

| Passivos e Patrimônio Líquido | Nota explicativa | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| **Circulantes** | | | |
| Fornecedores | 7 | 303 | 320 |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 9 | 98 | 95 |
| Obrigações tributárias | 10 | 136 | 49 |
| Outros débitos | 8 | 874 | 1.042 |
| Total dos passivos circulantes | | 1.411 | 1.506 |
| **Não Circulantes** | | | |
| Outros débitos | 8 | 802 | 802 |
| Total dos passivos não circulantes | | 802 | 802 |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital social integralizado | 11 | 23.500 | 23.500 |
| Reserva de Lucros | 11 | 673 | 208 |
| Reserva legal | 11 | 71 | 38 |
| Ações em Tesouraria | 11 | (15.310) | (15.310) |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 11 | 145.780 | 145.780 |
| Total do patrimônio líquido | | 154.714 | 154.216 |
| **Total dos Passivos e Patrimônio Líquido** | | **156.927** | **156.524** |

**Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024**
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

| | Nota explicativa | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| **Receita Bruta de Vendas de Serviços e de Mercadorias** | | **5.786** | **5.662** |
| Impostos sobre receita | | (555) | (525) |
| **Receita Líquida** | **13** | **5.231** | **5.137** |
| Custos dos serviços e mercadorias vendidos | | - | - |
| **Lucro Bruto** | | **5.231** | **5.137** |
| **Receitas (Despesas) Operacionais** | | | |
| Despesas administrativas e gerais | 14 | (4.705) | (4.506) |
| Depreciação e amortização | | (84) | (48) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 15 | 193 | 224 |
| **Lucro antes do Resultado Financeiro** | | **635** | **807** |
| Resultado financeiro | 16 | 130 | 102 |
| **Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social** | | **765** | **909** |
| Imposto de renda e contribuição social - corrente | | (112) | (145) |
| **Lucro (Prejuízo) do Exercício** | | **653** | **764** |
| Quantidade de ações (excluídas ações em tesouraria) | | 1.733.900 | 1.733.900 |
| Lucro por ação | | 0,38 | 0,44 |

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024**
(Em milhares de reais - R$)

| | Capital social | Reserva legal | Reserva de lucros | Ajuste de avaliação patrimonial | Ações em tesouraria | Lucros e Prejuízos Acumulados | Patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2023** | **23.500** | **-** | **208** | **145.780** | **(15.310)** | **-** | **154.178** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 764 | 764 |
| Resultado Abrangente Total | - | - | - | - | - | 764 | 764 |
| Destinação reserva de lucros | - | 38 | - | - | - | (38) | - |
| Distribuição de lucros | - | - | - | - | - | (726) | (726) |
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2024** | **23.500** | **38** | **208** | **145.780** | **(15.310)** | **-** | **154.216** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 653 | 653 |
| Resultado Abrangente Total | - | - | - | - | - | 653 | 653 |
| Destinação reserva legal | - | 33 | - | - | - | (33) | - |
| Destinação reserva de lucros | - | - | 465 | - | - | (465) | - |
| Distribuição de lucros | - | - | - | - | - | (155) | (155) |
| **Saldos em 31 de Dezembro de 2025** | **23.500** | **71** | **673** | **145.780** | **(15.310)** | **465** | **154.714** |

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 -** (Em milhares de reais - R$)

| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | Nota explicativa | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|---|
| Lucro líquido do exercício | | 653 | 764 |
| Ajustes em: | | | |
| Juros passivos | | - | 41 |
| Depreciação e amortização | 6 | 84 | 48 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | |
| Outros créditos | 12 | (571) | (6) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | |
| Fornecedores | | (17) | 151 |
| Obrigações trabalhistas e previdenciária | | 3 | 10 |
| Obrigações tributárias | | 87 | 2 |
| Outros débitos | | 47 | (4) |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais | | 286 | 1.006 |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | | |
| Aquisição imobilizado | 6 | (79) | (382) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | | (79) | (382) |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | |
| Amortização de dívida compra ações em tesouraria | | - | (1.858) |
| Pagamento de dividendos | 8 | (370) | (64) |
| Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | | (370) | (1.922) |
| **(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **(163)** | **(1.298)** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 1.412 | 2.710 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 1.249 | 1.412 |
| **(Redução) Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **(163)** | **(1.298)** |

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024**
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto Operacional: A Sociedade e suas Atividades:** A Moinho Progresso S/A ("Sociedade"), com sede em São Paulo – SP, passou por um processo de reposicionamento estratégico e societário. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de fevereiro de 2026, a Sociedade formalizou a alteração de seu objeto social, dedicando-se exclusivamente à exploração imobiliária, administração de bens próprios e gestão de participações societárias. Em decorrência dessa nova diretriz, as antigas atividades industriais de moagem e fabricação de alimentos foram descontinuadas e erradicadas do Estatuto Social, consolidando a Sociedade como uma holding de gestão patrimonial e imobiliária. **Continuidade Operacional e Cenário de Mercado:** A administração avalia que a Sociedade possui plena capacidade de continuidade operacional, sustentada pelos fluxos de caixa provenientes das locações. No exercício de 2025, não foram identificados riscos que pudessem comprometer a recuperação dos ativos. **Apresentação das Demonstrações Financeiras:** Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

**2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: (a) Base de Apresentação e Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e as normas brasileiras de contabilidade (NBC). A Administração declara que as demonstrações refletem de forma fiel a posição patrimonial e financeira da Sociedade. Continuidade Operacional: As demonstrações foram preparadas sob o pressuposto de continuidade, fundamentada na geração de caixa operacional proveniente da carteira de locação. **Moeda Funcional:** A moeda funcional e de apresentação é o Real (R$). **(b) Uso de Estimativas, Julgamentos e Premissas Críticas:** A elaboração de demonstrações exige que a Administração faça julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis. As áreas que envolvem maior grau de complexidade e que possuem impactos materiais para a Moinho Progresso são: **Valor de Recuperação de Ativos (Impairment):** Avaliação anual da existência de indicadores de desvalorização dos imóveis. **Vida Útil e Valor Residual:** Revisão periódica da depreciação do imobilizado operacional. **Provisões e Contingências:** Avaliação da probabilidade de perda baseada no parecer de assessores jurídicos. **(c) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata (vencimento original igual ou inferior a 90 dias), classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(d) Propriedades para Investimento:** Compreendem imóveis mantidos para renda ou valorização, mensurados pelo modelo de custo com base no Custo Atribuído (*Deemed Cost*) apurado em 2020. **Depreciação e Recuperabilidade:** A Administração realiza anualmente testes de recuperabilidade (*impairment*) e entende que o valor de mercado atual é superior ao valor contabilizado, razão pela qual não foram identificadas perdas ou necessidade de depreciação no exercício de 2025. **Mudança de Prática Contábil (2026):** A Sociedade optou por adotar o Modelo de Valor Justo a partir do próximo exercício, mediante a contratação de nova avaliação técnica. Esta mudança visa atualizar o valor patrimonial dos imóveis a mercado e cessar a aplicação de depreciação sistemática sobre as edificações. **(f) Instrumentos Financeiros** Classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos: **Ativos ao Custo Amortizado:** Incluem contas a receber e outros créditos, mensurados inicialmente ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado usando o método de juros efetivos. **Passivos ao Custo Amortizado:** Fornecedores e outras obrigações, registrados pelo valor nominal da obrigação, dada a curta duração. **(g) Reconhecimento de Receita (Foco em Locação)** A receita é reconhecida na extensão em que os benefícios econômicos fluirão para a Sociedade e pode ser mensurada com confiabilidade. **Receita de Aluguéis:** Reconhecida linearmente ao longo do prazo do contrato de locação, conforme o regime de competência. **Receitas Financeiras:** Reconhecidas pelo método dos juros efetivos sobre o saldo de aplicações. **(h) Tributos (IRPJ e CSLL)** A Sociedade está enquadrada no regime de Lucro Real. Os impostos são calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal (Lei 12.973/14). A alíquota nominal combinada é de 34% (25% IRPJ e 9% CSLL).

| 3. Caixa e Equivalentes de Caixa | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos em moeda local | 6 | 5 |
| Aplicações financeiras | 1.243 | 1.407 |
| **Total** | **1.249** | **1.412** |

**Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras compreendem fundos de renda fixa e investimentos com liquidez imediata, prontamente conversíveis em caixa e com risco insignificante de mudança de valor. São mensuradas ao valor justo por meio do resultado, com remuneração baseada na variação do CDI.

| 4. Outros Créditos | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Circulante | | |
| Tributos a recuperar (a) | 145 | 152 |
| Adiantamento de fornecedores | 20 | 11 |
| Outros créditos | 1 | 5 |
| **Total** | **166** | **168** |
| Não circulante | | |
| Depósitos judiciais (b) | 634 | 61 |
| **Total** | **634** | **61** |

**(a) Tributos a Recuperar:** O saldo de R$ 145 refere-se, substancialmente, a créditos de IRPJ e CSLL decorrentes de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações mensais que excederam o imposto devido no exercício. Estes créditos são passíveis de compensação com tributos federais em períodos subsequentes. **(b) Depósitos Judiciais:** O montante de R$ 573 refere-se à garantia integral de Execução Fiscal de IPTU (exercícios 2017 a 2021). A Sociedade opôs Embargos à Execução fundamentados na remissão administrativa dos débitos. Em fevereiro de 2026, a assessoria jurídica ratificou o prognóstico de perda como **POSSÍVEL**, destacando que a Fazenda Municipal já admitiu a exclusão das cobranças de 2017 a 2019. A Administração entende que os valores são integralmente recuperáveis após o desfecho da lide.

| 5. Propriedades para Investimento | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Imóveis e terrenos (custo) | 3.594 | 3.594 |
| Ajuste de avaliação patrimonial – Terrenos | 102.350 | 102.350 |
| Ajuste de avaliação patrimonial – Imóveis | 43.430 | 43.430 |
| Outras participações | 20 | 20 |
| **Total** | **149.394** | **149.394** |

| 6. Imobilizado: a) Composição do Saldo: | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Imóveis (Terrenos e Edifícios) | 4.799 | 4.745 |
| Veículos | 393 | 393 |
| Instalações e benfeitorias | 393 | 368 |
| Equipamentos de informática | 41 | 41 |
| Móveis e utensílios | 14 | 14 |
| **Custo** | **5.640** | **5.561** |
| (-) Depreciação acumulada | (156) | (72) |
| **Total líquido** | **5.484** | **5.489** |

**b) Movimentação do Imobilizado**

| Item | Saldo 2024 | Adições | Depreciação | Saldo 2025 |
|---|---|---|---|---|
| Custo | 5.561 | 79 | - | 5.640 |
| Depreciação | (72) | - | (84) | (156) |
| **Líquido** | **5.489** | **79** | **(84)** | **5.484** |

| 7. Fornecedores | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Fornecedores gerais | 303 | 320 |
| **Total** | **303** | **320** |

As obrigações referem-se substancialmente à manutenção de propriedades para investimento, serviços de utilidade pública e honorários profissionais. Os saldos são mensurados pelo custo amortizado e seus valores nominais.

| 8. Outros Débitos e Contas a Pagar | | |
|---|---|---|
| **Circulante** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
| Dividendos a pagar (i) | 584 | 799 |
| Adiantamento de clientes (ii) | 290 | 243 |
| | **874** | **1.042** |
| **Não Circulante** | **31/12/2025** | **31/12/2024** |
| Valores a apropriar (iii) | 773 | 773 |
| Outros passivos de longo prazo | 29 | 29 |
| | **802** | **802** |

**(i) Dividendos a Pagar**: Refere-se a saldos de exercícios anteriores e à provisão de R$ 155 relativa ao lucro de 2025 (25% do lucro líquido ajustado), conforme a Lei 6.404/76 e o Estatuto Social. No exercício, foram liquidados R$ 370 em obrigações com sócios. **(ii) Adiantamentos de Clientes**: Compreendem antecipações de aluguéis e garantias contratuais de locatários, apropriados ao resultado pelo regime de competência. **(iii) Valores a Apropriar**: O saldo de R$ 773 no Passivo Não Circulante refere-se a obrigações com terceiros de longo prazo, reavaliadas anualmente quanto à sua amortização ou baixa.

| 9. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Provisões de Férias e 13º Salário | 40 | 37 |
| INSS a Recolher | 34 | 34 |
| IRRF sobre Folha de Pagamento | 22 | 22 |
| FGTS e Outras Contribuições | 2 | 2 |
| **Total** | **98** | **95** |

| 10. Obrigações Tributárias | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Impostos sobre a Receita (PIS/COFINS) | 105 | 46 |
| Impostos Retidos na Fonte (Terceiros) | 6 | 3 |
| IRPJ e CSLL a Recolher | 25 | 0 |
| **Total** | **136** | **49** |

**11. Patrimônio Líquido: a) Capital Social e Ações em Tesouraria:** O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 23.500, representado por 1.733.900 ações ordinárias nominativas. O saldo de (R$ 15.310) refere-se a ações em tesouraria adquiridas em exercícios anteriores. **Evento Subsequente:** A Administração deliberou que a absorção do saldo de ações em tesouraria mediante a redução do Capital Social nominal será formalizada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) prevista para o exercício de 2027, visando o saneamento definitivo da estrutura do Património Líquido. **b) Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)**: O saldo de R$ 145.780 refere-se ao ajuste ao valor justo das Propriedades para Investimento (laudo de 2020), adotado como custo atribuído (deemed cost). **Recuperabilidade e Prática Contábil:** Análises internas indicam que o valor de mercado dos ativos é superior ao valor contábil, não sendo identificada necessidade de impairment ou depreciação em 2025. Para o exercício de 2026, a Sociedade contratará a elaboração de novo laudo técnico para transição ao Modelo de Valor Justo (CPC 28), o que permitirá a atualização sistemática do saldo via resultado. **c) Dividendos e Destinação do Resultado**: Em observância à Lei nº 6.404/76 e ao Estatuto Social, a Administração propõe a seguinte destinação do lucro líquido de 2025 (R$ 653): **Reserva Legal:** R$ 33 (5%). **Dividendos Propostos:** R$ 155 (25% do lucro ajustado). **Reserva de Lucros para Expansão:** R$ 465 (saldo remanescente destinado ao suporte das operações imobiliárias e regularizações em curso).

**12. Contingências:** A Sociedade discute judicialmente a incidência de IPTU sobre suas propriedades. O montante de R$ 574 (mil) encontra-se depositado judicialmente para garantir a suspensão da exigibilidade dos débitos. A controvérsia refere-se à aplicação da Lei de Anistia (Lei 17.202/19), sendo que a Fazenda Municipal já admitiu a exclusão das cobranças de 2017 a 2019. **Prognóstico de Perda:** Com base no parecer de seus assessores jurídicos, que classificam o risco como POSSÍVEL, a Administração não constituiu provisão para contingências, conforme o CPC 25. O entendimento fundamenta-se na jurisprudência favorável e no reconhecimento parcial da nulidade do débito pela municipalidade.

| 13. Receita Líquida de Aluguéis e Serviços | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Receita Bruta de Aluguéis | 5.786 | 5.662 |
| (-) Impostos sobre a Receita | | |
| PIS | (99) | (94) |
| COFINS | (456) | (431) |
| **Receita Líquida** | **5.231** | **5.137** |

| 14. Despesas Administrativas e Gerais por Natureza | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Despesas com Pessoal e Pró-labore (i) | 2.260 | 2.210 |
| Serviços de Terceiros e Honorários Profissionais (ii) | 1.154 | 1.071 |
| Manutenção e Conservação de Imóveis | 295 | 285 |
| Utilidades Públicas (Energia, Água, Telecom) | 61 | 54 |
| Tributos e Taxas Municipais (IPTU) | 313 | 380 |
| Outras Despesas Administrativas | 622 | 506 |
| **Total das Despesas Operacionais** | **4.705** | **4.506** |

**(i) Despesas com Pessoal:** Reflete a manutenção da estrutura administrativa e diretoria. **(ii) Serviços de Terceiros**: Refere-se a gastos com assessoria jurídica, contábil e imobiliária, fundamentais para a gestão da carteira de locação.

| 15. Outras Receitas (Despesas) Operacionais | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Dividendos e JCP Recebidos (i) | 193 | 224 |
| **Total** | **193** | **224** |

(i) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP): Refere-se aos proventos distribuídos por participações societárias minoritárias mantidas pela Sociedade (ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado).

| 16. Resultado Financeiro Líquido | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---|---|
| Rendimentos de Aplicações Financeiras (CDI) | 113 | 154 |
| Descontos e multas ativas | 18 | 1 |
| Juros, Multas e Despesas Bancárias | (1) | (53) |
| **Resultado Financeiro Líquido** | **130** | **102** |

**A Diretoria**

| Rodrigo Goetschi Gentil | Cibele Maria Rosolem Gentil | Eduardo Cavalcante |
|---|---|---|
| CPF: 141.923.988-00 - Diretor Superintendente | CPF: 272.461.818-14 - Diretora | CRC 1SP 214.257/O-5 - Contador |

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código D0EF-A698-B74F-680F.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 05/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código D0EF-A698-B74F-680F.

## Hilton do Brasil S.A.

CNPJ nº 42.414.912/0001-50 - NIRE 35300557751

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 25 de Fevereiro de 2026**

**1. Data, Hora e Local.** Aos 25 dias do mês de fevereiro de 2026, às 16h, na sede social da Hilton do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Emitente"), na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Torre Leste, Brooklin Novo, CEP 04578-000, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se evidencia das assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia, na forma do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Mesa.** Presidente: **Sr.** Jefferson Baptista Tagliapietra; Secretário: **Sr.** Bruno Sampaio Greve. **4. Ordem do Dia.** Apreciar e deliberar sobre **(i)** a realização da 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, com garantia real, em série única, a ser realizada pela Companhia ("Notas Comerciais Escriturais" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, sob o regime de garantia firme de distribuição, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), nos termos do "Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Hilton do Brasil S.A." ("Termo de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido); **(ii)** a outorga e constituição, pela Companhia **(i)** sob condição suspensiva, de fração ideal correspondente a 22,5197% de imóvel onde está localizado o Hotel Hilton Morumbi, no empreendimento denominado "Centro Empresarial Nações Unidas", registrado sob o nº 151.676 no 15º Registro de Imóveis da cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("RGI"), correspondendo ao Bloco B – Torre Leste do Centro Empresarial Nações Unidas, localizado na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo ("Imóvel" e "Alienação Fiduciária de Imóvel"), bem como a celebração, pela Companhia, do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel (conforme definido abaixo) e eventuais aditamentos; e **(ii)** de cessão fiduciária da conta corrente de movimentação restrita, de titularidade da Companhia, conforme indicada no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), mantida junto à Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Banco Depositário" e "Conta Vinculada", respectivamente), bem como de todos os recursos existentes na Conta Vinculada a qualquer momento até a integral quitação das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária"), bem como a celebração, pela Companhia, do Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos. Adicionalmente, aprovar a celebração, pela Companhia, na qualidade de interveniente anuente, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo) por meio do qual será constituída a Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido abaixo); **(iii)** a delegação de poderes e autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da Emissão e da Oferta, mas não limitado à **(a)** discussão, negociação e definição dos termos e condições da Emissão, da Oferta, das Notas Comerciais Escriturais e das Garantias, observadas as deliberações aprovadas nos termos do item (i) e (ii) da Ordem do Dia, incluindo mas não se limitando às exceções, valores mínimos e prazos de cura aplicáveis aos eventos de vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais; **(b)** contratação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsável pela distribuição das Notas Comerciais Escriturais ("Coordenador Líder"), mediante a celebração do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido); **(c)** contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao escriturador ("Escriturador"), agente de liquidação ("Agente de Liquidação"), agente fiduciário, para representar a comunhão dos titulares das Notas Comerciais Escriturais ("Agente Fiduciário" e "Titulares de Notas Comerciais Escriturais", respectivamente) e assessores legais (em conjunto, "Prestadores de Serviço"); **(d)** discussão, negociação, definição dos termos e celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão, do Termo de Emissão, dos Contratos de Garantia e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta, e eventuais aditamentos; bem como **(e)** todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão, da Oferta e das Garantias; **(iv)** a ratificação de todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta. **5. Deliberações.** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, o acionista da Companhia: **(i)** Aprova a realização da Emissão, a qual terá as seguintes características e condições: **(a) Valor Total da Emissão:** R$425.000.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"); **(b) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(c) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais:** serão emitidas 425.000 (quatrocentas e vinte e cinco mil) Notas Comerciais Escriturais; **(d) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Notas Comerciais Escriturais será de R$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Nominal Unitário"); **(e) Atualização do Valor Nominal Unitário:** as Notas Comerciais Escriturais não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente; **(f) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais Escriturais será º dia 15 de fevereiro de 2026 ("Data de Emissão"); **(g) Destinação dos Recursos:** a totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Emissão será utilizada pela Companhia para **(i)** pagamento de despesas de estruturação e custos da Emissão, no montante estimado de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); **(ii)** pré-pagamento de dívidas vigentes da Companhia, no montante aproximado de R$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais); **(iii)** reforma ou ampliação de imóveis residenciais ou não residenciais, bem como para aquisição de material para a construção, ampliação ou reforma de imóveis residenciais ou não residenciais, no montante estimado de R$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais); **(iv)** recomposição do capital social da Companhia, no montante estimado de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais); e **(v)** distribuição de recursos aos acionistas da Companhia, inclusive a título de redução de capital, conforme aplicável, no montante estimado de R$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de reais); **(h) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** as Notas Comerciais Escriturais serão **(i)** depositadas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; **(ii)** custódia eletrônica na B3; e **(iii)** registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, desde que se verifique o cumprimento, pela Emitente, do disposto no artigo 89 da Resolução CVM 160; **(i) Procedimento de Distribuição:** as Notas Comerciais Escriturais serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito de registro automático de distribuição, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos da Lei do Mercado de Capitais, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Notas Comerciais Escriturais, com a intermediação do Coordenador Líder, observados os termos e condições do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, 1ª (Primeira) Emissão da Hilton do Brasil S.A.", a ser celebrado entre a Emitente e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), e de acordo com os procedimentos operacionais da B3; **(j) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Notas Comerciais Escriturais:** nos termos do artigo 45 da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, conforme alterada, as Notas Comerciais Escriturais serão emitidas sob a forma escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais Escriturais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, na qualidade de responsável pela escrituração das Notas Comerciais Escriturais, e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais Escriturais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Titular de Notas Comerciais Escriturais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais Escriturais; **(k) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Notas Comerciais Escriturais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, na Data de Início da Rentabilidade ("Primeira Data de Integralização"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 ("Preço de Subscrição Inicial"). Caso qualquer Notas Comerciais Escriturais venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a subscrição e a integralização deverão considerar o seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive); **(l) Prazo de Vigência e Datas de Vencimento:** ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos deste Termo de Emissão, as Notas Comerciais Escriturais, terão prazo de vigência de 2.769 (dois mil, setecentos e sessenta e nove) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2033 ("Data de Vencimento"); **(m) Amortização Periódica do Principal:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado, conforme datas e percentuais previstos no Termo de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2027 e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Amortização"); **(n) Remuneração das Notas Comerciais Escriturais:** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 1,52% (um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário durante cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Remuneração"). O cálculo da Remuneração obedecerá a fórmula prevista no Termo de Emissão; **(o) Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais Escriturais, nos termos do Termo de Emissão, o pagamento da Remuneração será realizado mensalmente, desde a Data de Emissão, nas datas previstas no Termo de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 15 de março de 2026 e o último, na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(p) Local de Pagamento**: os pagamentos referentes às Notas Comerciais Escriturais e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emitente, nos termos do Termo de Emissão, serão realizados pela Emitente: **(i)** no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, aos eventuais valores relativos ao resgate das Notas Comerciais Escriturais, incluindo os respectivos prêmios, se houver, aos Encargos Moratórios, se houver, e com relação às Notas Comerciais Escriturais que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; **(ii)** nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Emitente, conforme o caso; **(q) Repactuação Programada:** as Notas Comerciais Escriturais não serão objeto de repactuação programada; **(r) Amortização Extraordinária Facultativa**: a Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, realizar amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, que deverá abranger todas as Notas Comerciais Escriturais ("Amortização Extraordinária Facultativa"); **(s) Resgate Antecipado Facultativo:** Emitente poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Resgate Antecipado Facultativo"), observado o procedimento a ser estabelecido no Termo de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emitente será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive), e demais Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se houver ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"), e, ainda, de um prêmio flat, incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo, calculado de acordo com os prazos e percentuais estipulados no Termo de Emissão ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo"); **(t) Amortização Extraordinária Obrigatória – Recomposição:** caso o **(i)** resultado do LTV seja superior a 50% (cinquenta por cento) e/ou **(ii)** o índice financeiro decorrente da divisão da soma do EBITDA da Emitente referentes aos 3 (três) meses que antecedem ao mês de medição e a soma das PMTs pagas pela Emitente referentes aos 3 (três) meses que antecedem o mês da medição seja inferior a 1,2x por 2 (duas) verificações consecutivas, conforme deverá ser apurado e calculado trimestralmente pela Emitente, acompanhado pelo Agente Fiduciário e divulgado em seu relatório anual aos Titulares das Notas Comerciais Escriturais, com base em relatórios gerenciais da Emitente, conforme o caso ("Índice de Cobertura"), a Emitente estará obrigada a realizar a amortização extraordinária das Notas Comerciais Escriturais, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a qual deverá abranger a totalidade das Notas Comerciais Escriturais ("Amortização Extraordinária Recomposição"). O valor da Amortização Extraordinária Recomposição devida pela Emitente será equivalente a um percentual fixado pela Emitente do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data da efetiva Amortização Extraordinária Recomposição e dos Encargos Moratórios, se for o caso, e, ainda, do Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o valor da Amortização Extraordinária Recomposição, calculado conforme tabela constante do Termo de Emissão, de modo a, no mínimo, recompor o LTV e/ou o Índice de Cobertura estabelecido nos termos previstos no Termo de Emissão; **(u) Aquisição Facultativa:** a Emitente poderá adquirir as Notas Comerciais no mercado secundário, observadas as disposições regulatórias aplicáveis. As Notas Comerciais objeto deste procedimento poderão **(i)** ser canceladas; **(ii)** permanecer em tesouraria da Emitente; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado. As Notas Comerciais adquiridas pela Emitente para permanência em tesouraria, nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma remuneração das demais Notas Comerciais; **(v) Encargos Moratórios**: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emitente aos Titulares das Notas Comerciais Escriturais nos termos do Termo de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); e **(ii)** multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido ("Encargos Moratórios"); **(w) Garantias Reais:** Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, da Remuneração e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e/ou futuras, previstas no Termo de Emissão, incluindo, sem limitação, os honorários do Agente Fiduciário, qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário, inclusive em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos dos Titulares das Notas Comerciais Escriturais e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais, do Termo de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia, incluindo, mas não se limitando, aos honorários de sucumbência arbitrados em juízo e despesas advocatícias e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas pela Emitente ("Obrigações Garantidas"), deverão ser constituídas em favor dos Titulares das Notas Comerciais Escriturais, representados pelo Agente Fiduciário, as seguintes garantias, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas ("Garantias"): **(1)** Alienação Fiduciária de Imóvel, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel") que deverá dispor que até a quitação integral das Obrigações Garantidas, o saldo devedor das Notas Comerciais não deverá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do Imóvel ("LTV"), sendo certo que o acompanhamento do LTV será feito pelo Agente Fiduciário conforme termos e condições previstos no Termo de Emissão; Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária de Imóvel: A eficácia da Alienação Fiduciária de Imóvel está condicionada ao cancelamento da alienação fiduciária constituída em favor da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.343.682/0003-08, em garantia do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Hilton do Brasil S.A. (sucessora por incorporação da REC 2019 III Empreendimentos e Participações S.A)" celebrado em 29 de janeiro de 2020, conforme aditado, de acordo com o registro constante do R.30 da matrícula do Imóvel nº 151.676 do Cartório de RGI, datado de 29 de outubro de 2025 ("Ônus Existente"), nos termos dos artigos 121 e 125 do da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), tornando-se eficaz a partir do cancelamento dos Ônus Existente, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel ("Condição Suspensiva Alienação Fiduciária de Imóvel"); **(2)** cessão fiduciária da Conta Vinculada bem como de todos os recursos existentes na Conta Vinculada a qualquer momento até a integral quitação das Obrigações Garantidas, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária", respectivamente); e **(3)** alienação fiduciária, sob condição suspensiva, **(I)** da totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da Alienante Fiduciante (conforme definido no Termo de Emissão), equivalentes, nesta data, a 499.090.839 (quatrocentos e noventa e nove milhões, noventa mil e oitocentos e trinta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de total de R$499.090.839,00 (quatrocentos e noventa e nove milhões, noventa mil, oitocentos e trinta e nove reais), representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, observada a condição suspensiva ("Ações Alienadas Fiduciariamente"), **(II)** quaisquer novas ações de emissão da Companhia que venham a ser subscritas, adquiridas ou de titularidade (direta ou indireta), a qualquer título, da Alienante Fiduciante em razão das Ações Alienadas Fiduciariamente, inclusive decorrentes de desdobramento, grupamento, bonificação, capitalização de lucros ou reservas, fusão, cisão, incorporação ou qualquer outro tipo de reorganização societária ou sob qualquer outra forma, , inclusive em decorrência de uma Alteração de Controle Permitida (conforme definido no Termo de Emissão), quer substituam ou não as Ações Alienadas Fiduciariamente ("Novas Ações"), e **(III)** quaisquer outros bens entregues, a partir da data de assinatura do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia sob Condição Suspensiva e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações", e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia"), à Alienante Fiduciante em razão das Ações Alienadas Fiduciariamente, incluindo **(x)** todos os certificados, instrumentos e documentos representativos ou comprobatórios de tais bens, a qualquer tempo recebidos, devidos ou, a qualquer título, distribuídos, inclusive, sem qualquer limitação, em decorrência de qualquer redução do capital social, incorporação, fusão, cisão, permuta de ações, conferência de bens, liquidação ou dissolução, total ou parcial, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emitente, exceto a distribuição de recursos prevista como destinação de recursos da Emissão, conforme indicado no Termo de Emissão; e **(y)** todos e quaisquer frutos por eles produzidos, incluindo, mas não se limitando a, direito ao recebimento de lucros, rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, reembolso de capital, proventos, vantagens, direitos e quaisquer outros bens ("Alienação Fiduciária de Ações" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária e a Alienação Fiduciária de Imóvel, as "Garantias"). Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária de Ações: A Alienação Fiduciária de Ações é realizada sob a condição suspensiva da liberação da garantia de alienação fiduciária ações outorgada no âmbito da Dívida Original ("Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária de Ações"). Uma vez implementada a Condição Suspensiva da Alienação Fiduciária de Ações, a Alienação Fiduciária de Ações passará automaticamente a ser plenamente eficaz e exequível, independentemente de qualquer aditamento, notificação, assinatura de qualquer outro documento, formalidade ou prática de qualquer outro ato por qualquer das partes ou terceiros, exceto pelos atos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações. **(x) Vencimento Antecipado Automático:** as obrigações constantes no Termo de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de Eventos de Inadimplemento Automáticos previstos na versão final do Termo de Emissão, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (thresholds), ressalvas e/ou exceções, bem como demais especificações, em relação a tais eventos serão negociados e definidos no Termo de Emissão; **(y) Vencimento Antecipado Não Automático**: as obrigações constantes no Termo de Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas na ocorrência de Eventos de Inadimplemento Não Automáticos previstos na versão final do Termo de Emissão, sendo certo que a qualificação (automático ou não automático), prazos de curas, limites e/ou valores mínimos (thresholds), ressalvas e/ou exceções, bem como demais especificações, em relação a tais eventos serão negociados e definidos no Termo de Emissão; e **(z) Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas a respeito da Emissão deverão ser tratadas detalhadamente no Termo de Emissão. Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados com inicial em maiúsculo e não definidos de outra forma terão o significado a eles atribuído no Termo de Emissão. **(ii)** Aprova a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Imóvel e da Cessão Fiduciária, em benefício dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais representados pelo Agente Fiduciário, nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, bem como a celebração dos Contratos de Garantia, na qualidade de outorgante ou parte interveniente anuente, conforme aplicável; **(iii)** Aprova a delegação de poderes e autorização à Diretoria da Companhia, a qual fica autorizada a adotar todas as providências necessárias à realização da Emissão, da constituição da Alienação Fiduciária de Imóvel e da Cessão Fiduciária e da Oferta, inclusive, mas não se limitando, à **(a)** discussão, negociação e definição dos termos e condições da Emissão, da Oferta, das Notas Comerciais Escriturais e das Garantias, observadas as deliberações aprovadas nesta data, incluindo mas não se limitando às exceções, valores mínimos e prazos de cura aplicáveis aos eventos de vencimento antecipado das Notas Comerciais Escriturais; **(b)** contratação do Coordenador Líder, mediante a celebração de Contrato de Distribuição; **(c)** contratação dos Prestadores de Serviço; **(d)** discussão, negociação, definição dos termos e celebração, pela Companhia, no âmbito da Emissão e da Oferta, do Termo de Emissão, dos Contratos de Garantia e demais documentos necessários à Emissão e à Oferta, e eventuais aditamentos; e **(e)** todos os demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão, da constituição das Garantias e da Oferta; e **(iv)** Ratifica todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta. **6. Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada pelos presentes, com o arquivamento, numeração sequencial e autenticação pela Mesa de todos os documentos nela citados. **Mesa:** Jefferson Baptista Tagliapietra - Presidente; Bruno Sampaio Greve – Secretário. **Acionista:** HSI Special Account I Fundo de Investimento em Participações. **Sumário:** Por fim, foi aprovada a lavratura e publicação da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. São Paulo, 25 de fevereiro de 2026. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em Livro Próprio. **Mesa**: Jefferson Baptista Tagliapietra - Presidente Bruno Sampaio Greve - Secretário.

## SECURITAS BIOHOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 02.998.562/0001-00 - NIRE 35.300.460.537

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2025**

**1. Data, Hora e Local:** Em 04 de dezembro de 2025, às 10:00 horas, na sede social da **Securitas Bioholdings S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Santo Amaro nº 48, conjunto 32, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04506-000. **2. Convocação**: A convocação foi dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 e suas respectivas alterações ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia e nesta ata. **3. Mesa: Presidente** - Sr. Luis Claudio Garcia de Souza; **Secretário** - Sr. Marcio Garcia de Souza. **4. Presença:** Acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia e nesta ata. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** Alteração da Razão Social da Companhia; e **(ii)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, foi lida e discutida a matéria constante da Ordem do Dia, tendo sido aprovada, por unanimidade de votos dos acionistas, sem quaisquer ressalvas, as seguintes matérias: **6.1.** decidem alterar a razão social da Companhia, de **Securitas Bioholdings S.A.,** para ***Finvest Bioholdings S.A.,*** diante desta deliberação os acionistas decidem alterar a **Artigo 1º** do Estatuto Social da Sociedade, passando a vigorar com a seguinte redação ***"Artigo 1º - A Finvest Bioholdings S.A.*** *é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores."* **6.2.** Consolidar o Estatuto Social da Companhia, incluindo as mudanças aprovadas e passará a vigorar com a redação do Anexo I. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: **(A) Mesa** - Presidente: Sr. Luis Claudio Garcia de Souza; Secretária: Sr. Marcio Garcia de Souza; **(B) Acionistas** - Securitas Investimentos Ltda; e Luis Claudio Garcia de Souza. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 04 de dezembro de 2025. Mesa: **Luis Claudio Garcia de Souza** - Presidente, e **Marcio Garcia de Souza** - Secretário. Acionistas: **Securitas Investimentos Ltda** por **Luis Claudio Garcia de Souza e Marcio Garcia de Souza**; e **Luis Claudio Garcia de Souza.** JUCESP nº 58.078/26-5 em 26.02.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**Anexo I** - **Estatuto Social da Finvest Bioholdings S.A.,** CNPJ/ME nº 02.998.562/0001-00 - NIRE 35.300.460.537. **Denominação e Duração**. **Artigo 1º.** A **Finvest Bioholdings S.A.** é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404 de 15.12.76 e suas alterações posteriores. **Sede Social**. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro legal na Av. Santo Amaro, 48, 3º andar, cj 32, Vila Nova Conceição, na Capital do Estado de São Paulo, CEP: 04506-000. **Parágrafo único.** A Companhia poderá abrir outras filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas. **Objeto Social**. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social principal a participação, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, bem como em empreendimentos comerciais de qualquer natureza **(CNAE 6462-0-00). Capital social**. **Artigo 4º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 50.128.501,32 (cinquenta milhões, cento e vinte e oito mil, quinhentos e um reais e trinta e dois centavos), representado por 33.870.609 (trinta e três milhões oitocentos e setenta mil seiscentos e nove), ações ordinárias nominativas sem valor nominal. **Artigo 5º.** A cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais. **Administração da Companhia**. **Artigo 6º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, cujas competências são indelegáveis. **Seção I - Assembleia Geral**. **Artigo 7º.** As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei, sendo que as deliberações deverão ser tomadas por maioria simples dos acionistas, salvo em relação às matérias que exijam quórum qualificado nos termos da legislação aplicável em vigor. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do Estatuto Social ou da Legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas pelo Diretor Presidente e o Presidente escolhido pelos acionistas presentes. **Parágrafo Único.** O secretário da mesa deverá ser indicado, dentre os presentes, pelo Presidente da Assembleia. **Artigo 10.** Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas nos livros da Companhia, com quarenta e oito (48) horas de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. **Parágrafo único**. O acionista poderá ser representado por procurador na Assembleia Geral de Acionistas nos termos do §1º do artigo 126 da Lei 6.404, de 15.12.1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001. **Artigo 11**. Compete ainda a Assembleia Geral de Acionistas, além das atribuições previstas em lei, especialmente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) eleger, destituir e substituir os membros da Diretoria da Companhia, bem como fixar as atribuições específicas dos Diretores, se for o caso, observadas as demais disposições deste Estatuto Social; (c) eleger e instalar o Conselho Fiscal, se for o caso; (d) escolher e destituir os auditores independentes, se for o caso. **Seção II - Diretoria**. **Artigo 12.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 13 (treze) Diretores sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Acionistas e por estes destituíveis a qualquer tempo. **Parágrafo 1º.** Os Diretores serão eleitos pelo prazo de mandato de 3 (três) anos, sendo admitida a reeleição, sendo que vencido o mandato, os mesmos permanecerão no cargo até a posse dos novos Diretores. **Parágrafo 2º.** No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelos Acionistas. **Parágrafo 3º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário, e desde que não ultrapasse o prazo máximo de 2 (dois) meses, os Diretores remanescentes nomearão, por maioria, um Diretor substituto, até que o Diretor impedido ou ausente se restabeleça nas suas funções. Se o impedimento ou ausência ultrapassar o prazo máximo de 2 (dois) meses, os Diretores remanescentes deverão convocar Assembleia Geral de Acionistas, no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo em referência, para a eleição do novo Diretor, podendo, entretanto, o Diretor substituto permanecer no cargo até a investidura do novo Diretor. **Artigo 13º.** Compete à Diretoria, por 2 (dois) Diretores, ou por 1 (hum) Diretor em conjunto com 1 (hum) procurador da Companhia, ou por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, a representação ativa e passiva da Companhia e da prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei ou neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º**. As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano. **Parágrafo 2º**. Somente as procurações "*ad judicia*" poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo 3º** - A representação ativa e passiva da Companhia em juízo, para receber citação ou notificação, prestar depoimento pessoal ou atos análogos, caberá a qualquer Diretor. **Conselho Fiscal. Artigo 14.** O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante solicitação dos Acionistas, conforme previsto em lei. **Artigo 15.** O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por

# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/D0EF-A698-B74F-680F ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

## Código para verificação: D0EF-A698-B74F-680F

**Hash do Documento**

6DEC9D953195E2F79C0F82647756720FCC89AC2D60D03B7EE860D1FD4E50FB8A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 05/03/2026 é(são) :

☑ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 05/03/2026 00:02 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

**Evidências**

**Geolocation:** Latitude: -23.646478949356226 Longitude: -46.55693328798284 Accuracy: 128

**IP:** 172.16.4.4

**AC:** AC Certisign RFB G5